

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 548

**SITUAÇÃO SOCIAL E DEMOGRÁFICA
DOS BENEFICIÁRIOS DA REFORMA
AGRÁRIA: UM ATLAS***

Maria Beatriz de Albuquerque David**
Philippe Waniez***
Violette Brustlein****

Rio de Janeiro, março de 1998

* Os autores agradecem a colaboração da geógrafa Dora Rodrigues Hess, das estagiárias do IPEA Mônica Rodrigues e Paula Rollo e os comentários e sugestões feitos por Maurício Dias David (BNDES) a uma versão preliminar deste trabalho. Agradecem também a dois pareceristas anônimos que analisaram o presente trabalho.

**Da Diretoria de Pesquisa do IPEA e professora adjunta da FCE-UERJ.

***Do Instituto de Pesquisa Científica para o Desenvolvimento em Cooperação da França — Orstom.

****Do Credal — Conselho Nacional de Pesquisa Científica da França — CNRS.



O IPEA é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujas finalidades são: auxiliar o ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

Presidente

Fernando Rezende

Diretoria

*Claudio Monteiro Considera
Luís Fernando Tironi
Gustavo Maia Gomes
Mariano de Matos Macedo
Luiz Antonio de Souza Cordeiro
Murilo Lôbo*

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

ISSN 1415-4765

SERVIÇO EDITORIAL

Rio de Janeiro – RJ

Av. Presidente Antônio Carlos, 51 – 14º andar – CEP 20020-010
Telefax: (021) 220-5533
E-mail: editrj@ipea.gov.br

Brasília – DF

SBS Q. 1 Bl. J, Ed. BNDES – 10º andar – CEP 70076-900
Telefax: (061) 315-5314
E-mail: editbsb@ipea.gov.br

© IPEA, 1998

*É permitida a reprodução deste texto, desde que obrigatoriamente citada a fonte.
Reproduções para fins comerciais são rigorosamente proibidas.*

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1 - INTRODUÇÃO: A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA	1
2 - O RECENSEAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA: ANÁLISE CRÍTICA E METODOLÓGICA DE ELABORAÇÃO DOS MAPAS PARA O ATLAS	2
2.1 - O Recenseamento Efetuado: Críticas e Limitações	2
2.2 - Metodologia dos Mapas Apresentados.....	4
3 - A IMPLANTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NO ESPAÇO E NO TEMPO	5
4 - O ESTATUTO JURÍDICO	9
5 - IDADE, FAMÍLIA E RESIDÊNCIA.....	12
6 - OS NÍVEIS DE FORMAÇÃO	17
7 - AS MIGRAÇÕES	20
8 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	25
8.1 - Ocupações de Terra e Vítimas Fatais da Violência no Campo ...	25
8.2 - Algumas Informações Oriundas da Amostra	29
ANEXO.....	33
BIBLIOGRAFIA	38

RESUMO

O relatório final do primeiro recenseamento da reforma agrária, realizado em fins de 1996 por um **pool** de universidades, apresentou os resultados de um primeiro tratamento exploratório dos dados nacionais e de estados da Federação. O presente trabalho, após um tratamento exaustivo dos dados do referido censo, mostra o perfil demográfico e social dos beneficiários da reforma agrária em nível de microrregiões. Algumas informações sobre conflitos, ocupações de terras no meio rural, um resumo dos resultados provenientes da pesquisa por amostragem, feita em conjunto com o censo, e um histórico recente da política agrária também foram incluídos para permitir uma compreensão mais completa do tema.

ABSTRACT

This paper contains the results of the first census of agrarian reform made last year by an university pool. It presents the demographic and social profile of the beneficiaries of the agrarian reform at the microregional level. The results of the research by sample (made with the census) and others informations about conflicts, land occupation and a recent historical of the agrarian policy were included for a complete comprehension of this subject.

1 - INTRODUÇÃO: A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA

Nas últimas décadas, os programas de colonização, a regularização fundiária e a desapropriação — esta última principalmente a partir de 1985 — foram as formas tradicionalmente utilizadas para enfrentar a questão do acesso à terra no Brasil. Na realidade, essas formas de acesso à terra têm sido empregadas mais para atender às pressões sociais e políticas, freqüentemente explosivas, que para visar à obtenção de um desenvolvimento rural duradouro, relacionado aos incrementos sustentados da produção, da produtividade e do emprego, que resultariam em melhoras na qualidade de vida da população. Hoje, num momento em que a demanda por terra exige uma política agrária muito mais criativa e efetiva, novas formas de acesso à terra têm sido propostas, tais como o arrendamento, o leilão de terras e o crédito fundiário.

Um programa de reforma agrária que busque transformar as condições de vida de seus beneficiários deve estar inserido em uma estratégia produtiva que assegure a sustentabilidade dessa agricultura. Esta deve ser pensada não só como meio de sobrevivência das famílias, mas principalmente como fonte geradora de excedentes que assegurem novos investimentos e permitam a ampliação da produção e da produtividade da agricultura brasileira.

• Histórico Recente da Política Agrária

O processo de democratização e o retorno ao regime civil propiciaram um clima favorável ao ressurgimento das reivindicações em torno da reforma agrária. O Movimento dos Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) puderam, desde essa época e até hoje, aumentar significativamente suas representatividades. A mudança de regime foi acompanhada pelo lançamento de um ambicioso programa de reforma agrária (o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária), que previa beneficiar mais de 1 milhão de agricultores sem terra mediante desapropriações essencialmente no Centro-Sul do país. O Governo Sarney (1985/90) havia fixado, inicialmente, a meta de dar acesso à propriedade da terra a 1,4 milhão de famílias, mas beneficiou efetivamente apenas 90 mil, menos de 6% do total pretendido. Durante o Governo Collor (1990/92), prometeu-se terra inicialmente a 500 mil famílias, mas praticamente se interrompeu tanto o processo de inscrição de novas terras ao cadastro como novas desapropriações. Nesse período, somente 23 mil famílias receberam o título de propriedade de terras, provenientes do estoque deixado pelo governo precedente. O Governo Itamar Franco (1992/94), que havia previsto dar acesso à terra a 20 mil famílias em 1993 e a 60 mil em 1994, beneficiou somente 12.600 famílias. Em seu programa de governo, o atual presidente havia previsto distribuir 400 mil títulos de propriedade, mas, após sua eleição, tal objetivo de campanha foi reduzido à meta de beneficiar 260 mil famílias nos quatro anos de seu mandato (1995/98) [ver David (1995, p. 163)]. Em seu primeiro ano de governo (1995), foram assentadas 42.912 famílias; em 1996, 62.044 famílias [Incrá (1995)]; em 1997, de janeiro a agosto, mais 21 mil famílias foram assentadas, deixando antever que a meta fixada para 1997 (80 mil famílias

assentadas) dificilmente será cumprida. Entretanto, é importante esclarecer que os dados referentes ao total de famílias beneficiadas incluem as regularizações de títulos, ou seja, regularização fundiária (ver tabela a seguir).

Número de Famílias Beneficiadas pelos Programas de Reforma Agrária

Período	Governo	Famílias Beneficiadas por Projetos de Colonização	Famílias Beneficiadas por Programas de Regularização de Títulos	Famílias Beneficiadas por Assentamentos da R.A.	Total de Famílias Beneficiadas
1964/84	Regime Autoritário	15 mil	113 mil	-	228,0
1985/94	Sarney, Collor e Itamar	-	-	125,6	125,6
1994/97	Fernando Henrique	-	-	125,9	125,9

Nota: Os dados referentes às famílias beneficiadas até o ano de 1995 representam a capacidade de assentamento dos projetos e não o número de famílias efetivamente assentadas.

2 - O RECENSEAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA: ANÁLISE CRÍTICA E METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS MAPAS PARA O ATLAS

2.1 - O Recenseamento Efetuado: Críticas e Limitações

No Brasil, a questão agrária tem sido objeto de lutas sociais e políticas intensas, mas a ausência de uma base de dados confiáveis sobre o assunto limita o debate democrático. A falta de informações suficientes conduz também à tomada de posições muitas vezes maniqueístas, tanto do lado dos defensores dos agricultores sem terra como do de seus opositores, em especial os grandes proprietários e seus aliados. É bem verdade que os recenseamentos agropecuários apresentam uma primeira aproximação quantitativa, notadamente sobre a utilização efetiva do solo, mas não permitem avaliar os resultados da política de reforma agrária praticada pelo governo brasileiro e, menos ainda, identificar o que resta a empreender nesse campo.

Em decorrência de uma demanda do Incra, que desejava identificar todas as famílias instaladas nas áreas dos projetos, realizou-se um recenseamento dos projetos de reforma agrária. A metodologia utilizada foi a de um recenseamento exaustivo, visando principalmente atualizar as fichas do Incra, ou seja, identificar as famílias e coletar dados sobre características elementares, tais como estado civil, sexo, nível de escolaridade etc. Embora o recenseamento tenha permitido, ao menos de maneira parcial, obter essas informações, é de se lamentar a perda da oportunidade de abordar certos aspectos importantes do problema agrário. Não se dispõe, por exemplo, de nenhuma informação sobre as parcelas ou lotes e sua utilização com culturas ou pastagens. Para preencher essas lacunas, o recenseamento foi complementado por uma pesquisa por amostragem, referente a 9 mil explorações, destinada a avaliar os recursos disponíveis e os aspectos

produtivos. As condições sociais e o acesso aos serviços médicos e educativos foram também objeto dessa mesma pesquisa, por amostragem, realizada em conjunto com o recenseamento.

A realização do recenseamento propriamente dito enfrentou inúmeras dificuldades materiais, decorrentes principalmente de problemas institucionais do Incra: desatualização ou mesmo inexistência de listas de beneficiários e mapas dos limites dos projetos, meios de locomoção deficientes etc. Apesar de conhecer as dificuldades de acesso ao campo no período das chuvas, o Incra definiu o prazo de realização do censo coincidindo com a estação de chuvas. Outro fator que influenciou negativamente o trabalho de recenseamento e, portanto, a qualidade das informações, foi o prazo escasso de dois meses estipulado pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária para a sua realização. Todos esses problemas são claramente expostos no I Censo da Reforma Agrária — Relatório Final e explicam as restrições que pesam sobre os dados coletados.

O recenseamento foi realizado em 1.460 projetos oficiais de reforma agrária delimitados pelo Incra, existentes em 31 de outubro de 1996, e permitiu identificar 199.218 beneficiários, dos quais 161.556 estavam presentes em suas parcelas e puderam ser entrevistados. O relatório executivo (I Censo da Reforma Agrária do Brasil — Relatório Final) apresenta as tabelas estatísticas resultantes de uma primeira exploração, tanto do recenseamento como da pesquisa por amostragem, feitas pelos coordenadores do censo. Ele fornece os dados em nível agregado, ou seja, o país em seu conjunto, e apenas algumas informações estaduais.

O trabalho de campo do recenseamento foi feito, em grande parte, no final do ano de 1996 e contou com a participação de 29 universidades coordenadas pela UnB. A diferença verificada entre os dados do Incra sobre a estimativa do número de famílias assentadas e os fornecidos pelo censo deve-se, em grande parte, ao fato de que o número de famílias que constavam nas informações do instituto representava a capacidade de assentamento por projeto e não o de famílias efetivamente assentadas. Em média, portanto, 25% das famílias não foram encontrados, em muitos casos, simplesmente, porque nunca chegaram a ser assentados; em outros pela própria dificuldade de acesso aos projetos de assentamento ou ainda pela recusa de algumas famílias em responder aos questionários. Em alguns lugares, especialmente no Sul, a presença de agregados era bastante significativa, superando, assim, os números totais de pessoas que constavam dos cadastros. O abandono dos lotes nos assentamentos mais antigos da região Norte chega a 30%. A maioria dos beneficiários tem na atividade rural sua ocupação principal. A forma de exploração do lote é majoritariamente individual, notando-se o associativismo na comercialização da produção. Nos estados do Sul e do Sudeste, os beneficiários organizados em cooperativas ficam em torno de 20% a 30%.

O relatório em si responde a certas preocupações dos gestores da reforma agrária e melhora, sem dúvida, o conhecimento sobre a situação dos assentamentos e dos assentados. No entanto, as estatísticas nacionais elaboradas ou mesmo as estaduais

são demasiado agregadas para que se avaliem adequadamente os impactos da reforma em termos de ocupação do território. Em um país tão vasto e heterogêneo como o Brasil, o exame do processo de diferenciação espacial torna-se um elemento crucial na compreensão da reforma agrária

2.2 - Metodologia dos Mapas Apresentados

Com a perspectiva de realizar uma análise geográfica fina, propusemo-nos a efetuar uma nova exploração do conjunto das fichas do levantamento censitário (a pesquisa por amostragem não foi levada em consideração por questões de representatividade geográfica). A utilização do programa Fox Pró (um gestor de base de dados para Macintosh), do Statistical Analysis System (SAS) para elaboração das estatísticas, do Cabral 500 e do Cabral Visão para a representação cartográfica e do Adobe Illustrator para o acabamento dos mapas permitiu a realização deste trabalho.

As tabulações por SAS foram programadas para produzir estatísticas sobre a base de 558 microrregiões geográficas, nível espacial intermediário entre os 5 mil municípios (nível muito desagregado levando em consideração a população em questão) e os 27 Estados (nível muito agregado quando se consideram suas dimensões). Todas as perguntas constantes do recenseamento foram objeto de tratamento, mas só se escolheu uma parte delas: a que apresentava uma variação estatística conjugada com uma variação geográfica. Chegou-se, assim, a um conjunto de indicadores de natureza demográfica e sociológica

Em razão da grande variabilidade da superfície das microrregiões geográficas, não se utilizou a técnica usual de mapas em variações de tonalidade (denominados mapas coropléticos), onde a superfície de cada unidade espacial recebe uma cor relacionada com a variação estatística verificada na região. Um procedimento similar aplicado ao Brasil conduz, quase sempre, a uma superestimação da importância das regiões mais extensas, ainda que se trate, na maioria das vezes, de regiões menos populosas (a Amazônia, por exemplo).

Assim, em todos os mapas deste trabalho, a população (em geral, número de beneficiários da reforma agrária) é representada por um círculo localizado no centro da microrregião, e cuja superfície é proporcional à população. Mesmo quando os círculos se superpõem, limitando a leitura individual de cada valor, o efeito visual resultante (aquele que finalmente se deseja obter com esse tipo de mapa) traduz satisfatoriamente o fenômeno de concentração. Em certos mapas, foram utilizados círculos brancos e pretos para representar uma mesma população, o que permite avaliar corretamente sua distribuição espacial (tal é o caso do número total de beneficiários segundo o lugar de assentamento e o lugar de nascimento e também do número de assassinatos e de ocupação de terras). Esses mapas são bastante simples, mas sua reprodução não é desejável, pois o nível de informação que transmitem é relativamente pobre. Preferiu-se, de maneira geral, recorrer a uma cartografia mais elaborada valendo-se de cores.

Colorir os círculos equivale a agregar à quantidade cartográfica (a população) uma qualidade, em que a variabilidade dos valores traduz-se na variabilidade das cores. Essa qualidade pode ser uma simples relação, como no caso da percentagem dos beneficiários não-residentes em suas parcelas ou lotes, bem como a dos beneficiários em situação irregular. Essas relações efetivos-percentagens conduzem a uma leitura ponderada do mapa, agregando ao efetivo de uma variável particular (representado pela superfície do círculo) a sua participação relativa (percentagem) na população total de que tal variável faz parte.

Recorre-se, ainda, aos círculos coloridos para representar as classes contidas em uma classificação multivariada, como é o caso das repartições por idade dos beneficiários, seu nível de escolaridade ou o ano de ocupação da terra. Simultaneamente, utilizou-se a técnica do diagrama triangular (ou árvore de classificação), com o propósito de levar em consideração o conjunto de modalidades de cada variável reagrupada em três categorias por microrregião. Assim, cada microrregião viu-se dotada de uma cor específica, representando a classe da qual faz parte. O círculo da microrregião foi, então, colorido com essa tonalidade. Chega-se, assim, a um mapa de síntese, que proporciona muito mais informações que um mapa em círculos brancos e pretos. Sua leitura, porém, é mais difícil por causa da necessidade da comparação constante entre o diagrama triangular e o mapa.

Todas essas técnicas de representação cartográfica de dados estatísticos são bem conhecidas. Tal, no entanto, não impede que freqüentemente sejam publicados mapas de má qualidade, como, por exemplo, os intitulados “A geografia dos assentamentos rurais do Brasil”, publicados (em cores) por pesquisadores da Unesp e da USP com base nos dados de 1994 do Incra e do MST. Nesses mapas, os efetivos não foram expressos por símbolos proporcionais e as cores não foram ordenadas em gamas crescentes representando os efetivos. Em tais condições, a leitura global dos mapas torna-se impossível. A apresentação de uma simples tabela de dados teria sido, nesse caso, bem melhor.

Todos os mapas aqui apresentados foram concebidos de acordo com os princípios da cartografia temática estatística e permitem apresentar um panorama bem completo (o mais completo possível, tendo em vista o que o recenseamento permite fazer) da situação dos beneficiários da política de reforma agrária do governo.

3 - A IMPLANTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NO ESPAÇO E NO TEMPO

Os assentamentos não apresentam uma distribuição geográfica uniforme sobre o conjunto do território nacional (Mapa 1).

A questão da reforma agrária atinge o país em seu conjunto. Nenhum estado foi poupado. Observa-se, porém, que as regiões Sudeste e Sul aparecem de forma pouco expressiva na política agrária. Ainda que exista nos Estados do Rio de

Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e, sobretudo, no interior menos desenvolvido do Paraná uma relativa concentração de explorações agrícolas criadas por projetos do Incra, seu número ainda é pouco significativo se comparado às outras regiões do país (menos de 2% do total em cada um desses estados).

Os projetos do Incra desenvolveram-se, principalmente, a partir de eixos principais. O mais importante (cerca de 40 mil explorações, 25% do total), no oeste do Maranhão e no norte do Mato Grosso. Correspondendo, inicialmente, ao traçado da Rodovia BR 158 até Marabá (e daí para o Norte em direção a Tucuruí, BR 230), depois tal eixo orienta-se para o Nordeste, mais especificamente para o Maranhão, seguindo o traçado da ferrovia que liga Carajás a São Luís. O segundo eixo de desenvolvimento dos projetos do Incra (cerca de 30 mil explorações, 18% do total) segue a rodovia federal que liga Campo Grande a Rio Branco, ou seja, o oeste do Mato Grosso do sul ao Sul do Acre. Nesses dois eixos de implantação, o ano de ocupação é normalmente posterior a 1984 (Mapa 2), e metade das instalações é recente (criadas depois de 1991). Esse movimento prosseguiu, com uma intensidade menor, no Mato Grosso e seguindo as vias de comunicação que ligam Porto Velho a Manaus e Boa Vista: aqui, 87% dos perímetros foram ocupados depois de 1991.

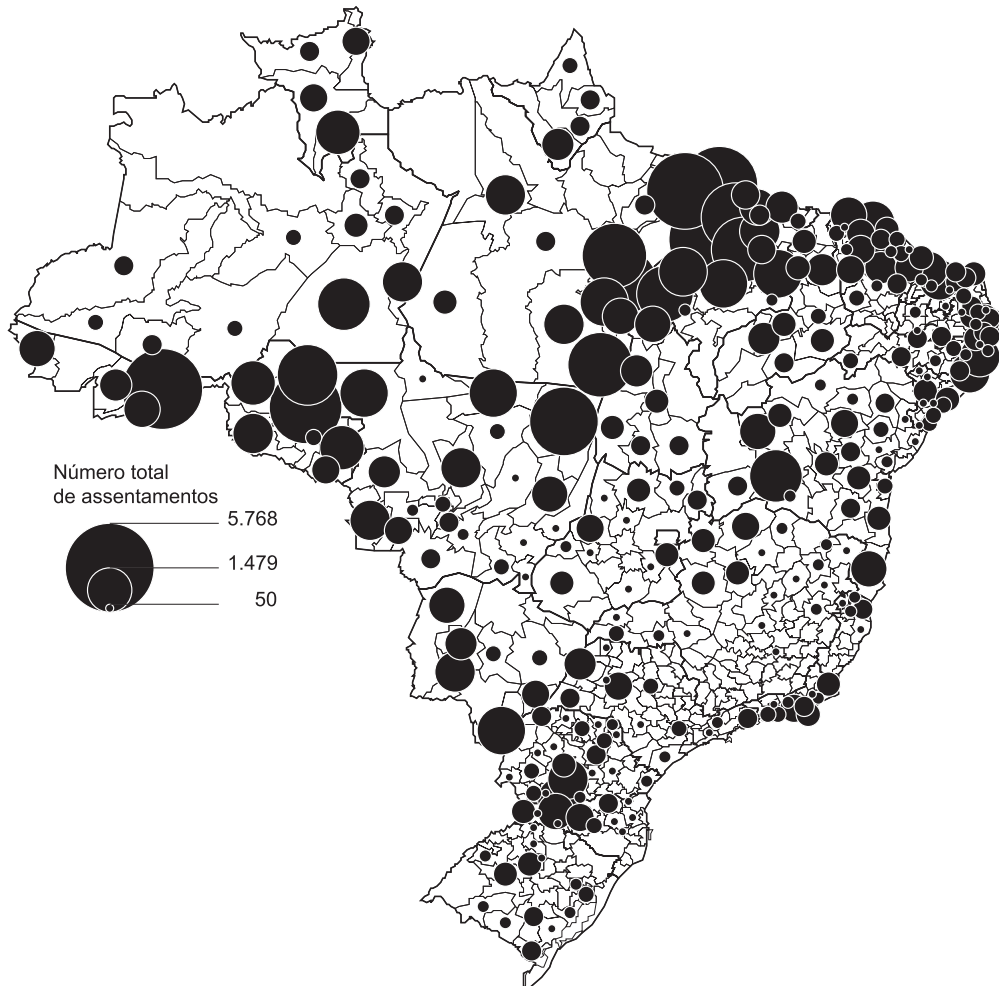
Assim, quase metade dos assentamentos foi realizada no espaço pioneiro do oeste do país. A "marcha para o Oeste" não se limita aos assentamentos realizados pelo Incra, mas pode-se verificar que a política de instalação de agricultores coincide nessa parte do país com a frente de ocupação. O recenseamento agropecuário realizado pelo IBGE em 1996 permitirá uma melhor avaliação da participação dos assentamentos no total das exportações agropecuárias dessas regiões, que se encontram em rápido processo de transformação.

A concentração dos projetos do Incra no Nordeste reflete uma agricultura regionalizada: a franja litorânea e o Agreste são os mais beneficiados, ao passo que o Sertão fica marginalizado. O interior da Bahia, ao contrário, com 3.500 instalações, aparece com uma melhor distribuição. No total, o conjunto da região Nordeste reúne quase 65 mil implantações. O Maranhão agrupa mais de 40% (27 mil implantações), seguido de longe pelo Ceará e a Bahia.

Se uma parte do Maranhão participa ativamente da expansão da frente pioneira leste-amazoniana, a dinâmica do resto do estado assemelha-se mais àquela da região. De fato, as implantações são, na sua grande maioria, anteriores a 1984. Essas correspondem freqüentemente à dos perímetros ditos "regularizados", isto é, ocupados antes de serem incluídos nos projetos de reforma agrária. Por exemplo, na Paraíba, 22% dos beneficiários ocuparam suas terras antes de 1960. No Ceará tal percentual corresponde a 17% e no Piauí a 13%.

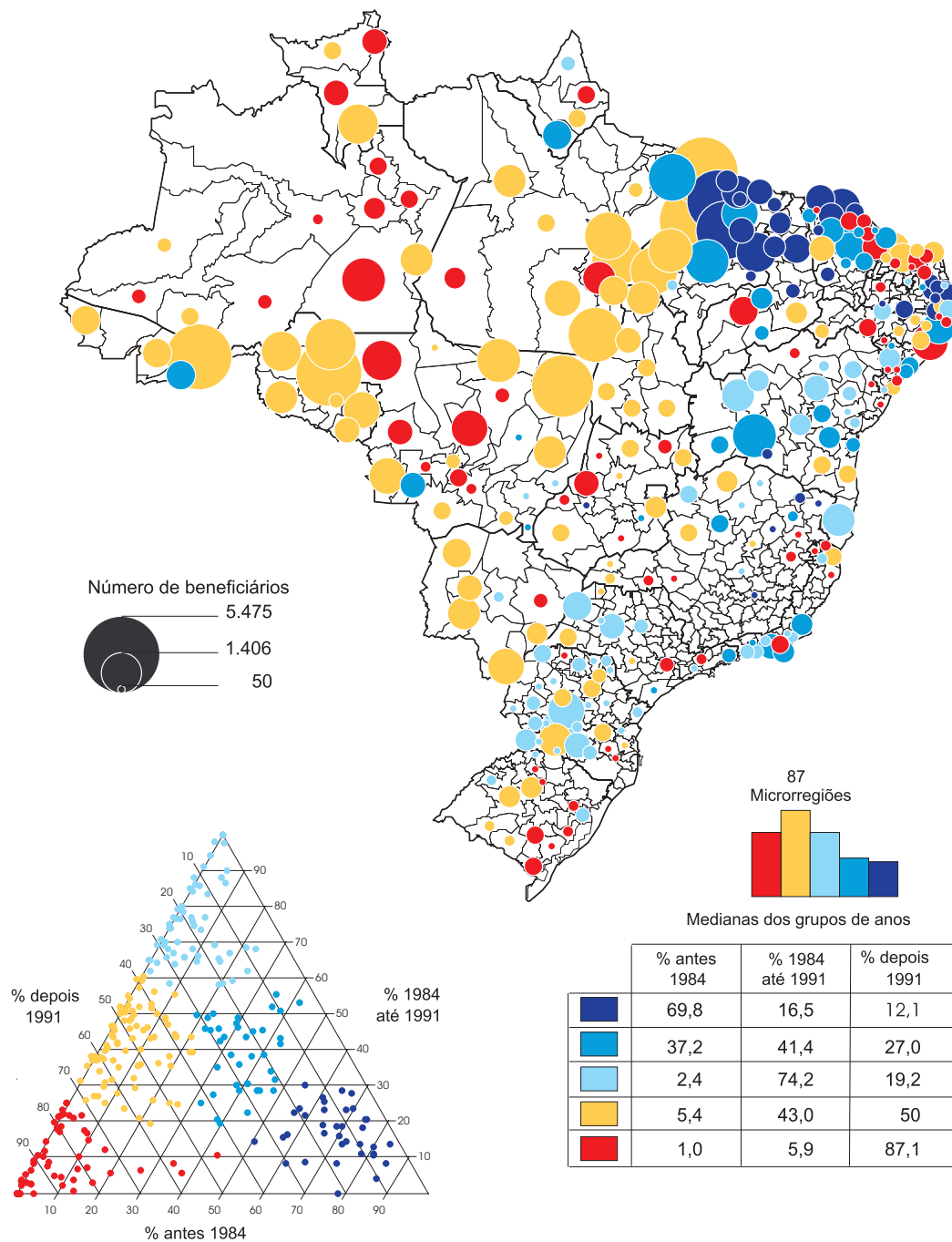
Encontram-se no Nordeste, também, instalações recentes, posteriores a 1991, notadamente no Ceará e no Rio Grande do Norte, comprovando que o acesso dos nordestinos à terra não é um problema resolvido pelo desenvolvimento das frentes de colonização.

Mapa 1
Número de Assentamentos em 1996



Fonte : 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil - 1996.

Mapa 2 Ano de Ocupação da Área pelos Beneficiários



Fonte: 1º Censo de Reforma Agrária do Brasil - 1996

4 - O ESTATUTO JURÍDICO

O recenseamento distingue cinco estatutos. O do **assentado**, o mais freqüente (57%), corresponde à homologação do beneficiário pela Superintendência do Incra e à aprovação pela comunidade rural em questão. Os **pré-assentados** (13%) são os candidatos registrados e selecionados que esperam a homologação. Os **agregados** (9%) são os residentes na propriedade de um beneficiário sem que se trate do próprio assentado. Os **titulados** são aqueles que tiveram a oportunidade, ainda rara (5,6%), de possuir um título definitivo de propriedade concedido pelo Incra. Os irregulares (11%) correspondem às famílias que se encontram nas áreas sem a autorização do Incra. No entanto, deve-se considerar com cuidado a importância relativa desses estatutos, porque resultaram da soma de declarações feitas pelos interessados e não de uma análise minuciosa de documentos cadastrados. Por outro lado, a distinção entre o estatuto de **pré-assentado** e o de **assentado** não aparece claramente no censo.

A sucessão desses diferentes estatutos traduz o longo caminho que devem percorrer os candidatos à espera de um estatuto econômico e social definitivo. O mapa dos **assentados** (Mapa 3) apresenta uma grande diversidade de repartições geográficas. A proporção dos que estão em situação regular (**assentados**) sobrepassa seguidamente os 80% nos assentamentos mais antigos do Nordeste, assim como nos estados do Sul. Tal comportamento seria esperado, uma vez que com o decorrer do tempo grande parte das situações pendentes tende à regularização. No entanto, os casos do Mato Grosso, do Tocantins e do Sul do Maranhão que apresentam uma proporção elevada de casos definitivamente resolvidos (entre 70% e 85%) têm a mesma similaridade. Essa proporção parece relativamente importante, sobretudo se a idade dos assentamentos for levada em consideração, uma vez que são bem mais recentes.

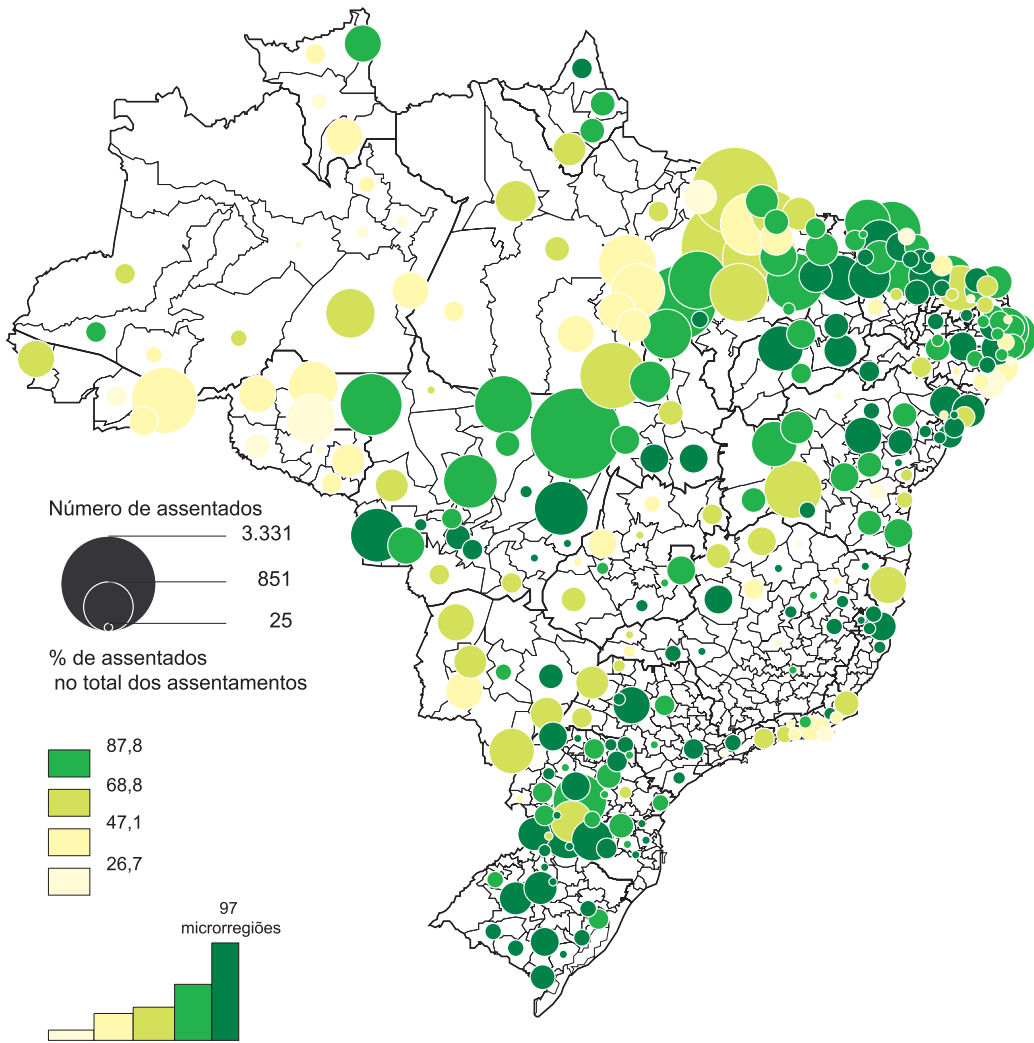
O Mato Grosso do Sul parece, ao contrário, apresentar uma situação pouco favorável, com apenas 60% dos casos resolvidos (em processo de legalização). Isso se deve à presença de numerosos **agregados**, cuja proporção é duas vezes superior (18%) à do conjunto do país. O oeste do Maranhão aparece em uma situação semelhante à do Mato Grosso, mas com quatro vezes mais beneficiários. Há, sem dúvida, motivos para preocupar com a situação dessa região, que conta com uma forte proporção de irregulares (Mapa 4), superior a 10%, mas atingindo 40% no Pará, estado vizinho.

Finalmente, em Rondônia e no Leste do Pará, que apresentam um número de assentados igual a, respectivamente, 4.300 e 2.200, a proporção de irregulares, normalmente superior a 30%, parece bastante preocupante. Trata-se de famílias que não dispõem de nenhuma autorização do Incra para residir no local e que não se incluem nas outras categorias. São claramente camponeses "sem terra", normalmente em conflito aberto, em nível local, com outros grupos de interesses, e, no plano nacional, com o governo federal e mais diretamente com o Incra.

Mapa 3

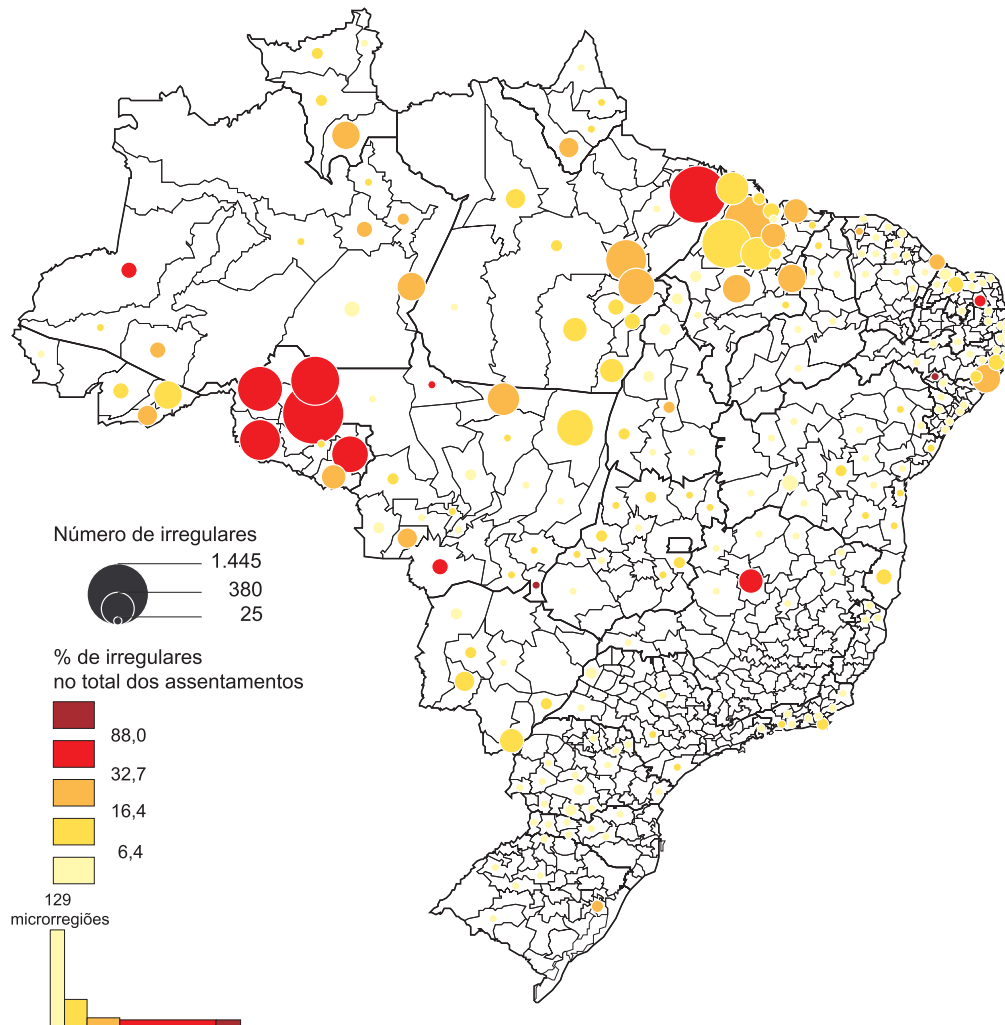
Situação do Beneficiário em 1996

Assentado



Fonte : 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil - 1996.

Mapa 4 Situação do Beneficiário em 1996 Irregular



Fonte: 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil - 1996.

5 - IDADE, FAMÍLIA E RESIDÊNCIA

O questionário do recenseamento compreende vários itens destinados a proporcionar uma imagem da população objeto do censo, tais como repartição por idade, composição da família e lugar de residência.

Os beneficiários são, majoritariamente, homens com idade entre 30 e 47 anos. Ao reparti-los em três grupos por idade (menos de 35 anos, de 35 a 45 anos e mais de 45 anos), obtém-se uma imagem regional bastante diferenciada (Mapa 5). No que diz respeito aos dois grandes eixos de colonização, 40% dos chefes de exploração pertencem aos estratos mais jovens. No Nordeste, a situação é mais contrastante entre os estados mais ao norte (Maranhão, Piauí e Ceará), onde habitam majoritariamente os mais jovens, e a Bahia, onde a maioria pertence à categoria de mais de 45 anos. Esse é também o caso de São Paulo. Finalmente, os estados do Sul compreendem as regiões onde a participação dos assentados de menos de 35 anos representa mais de 50% do total.

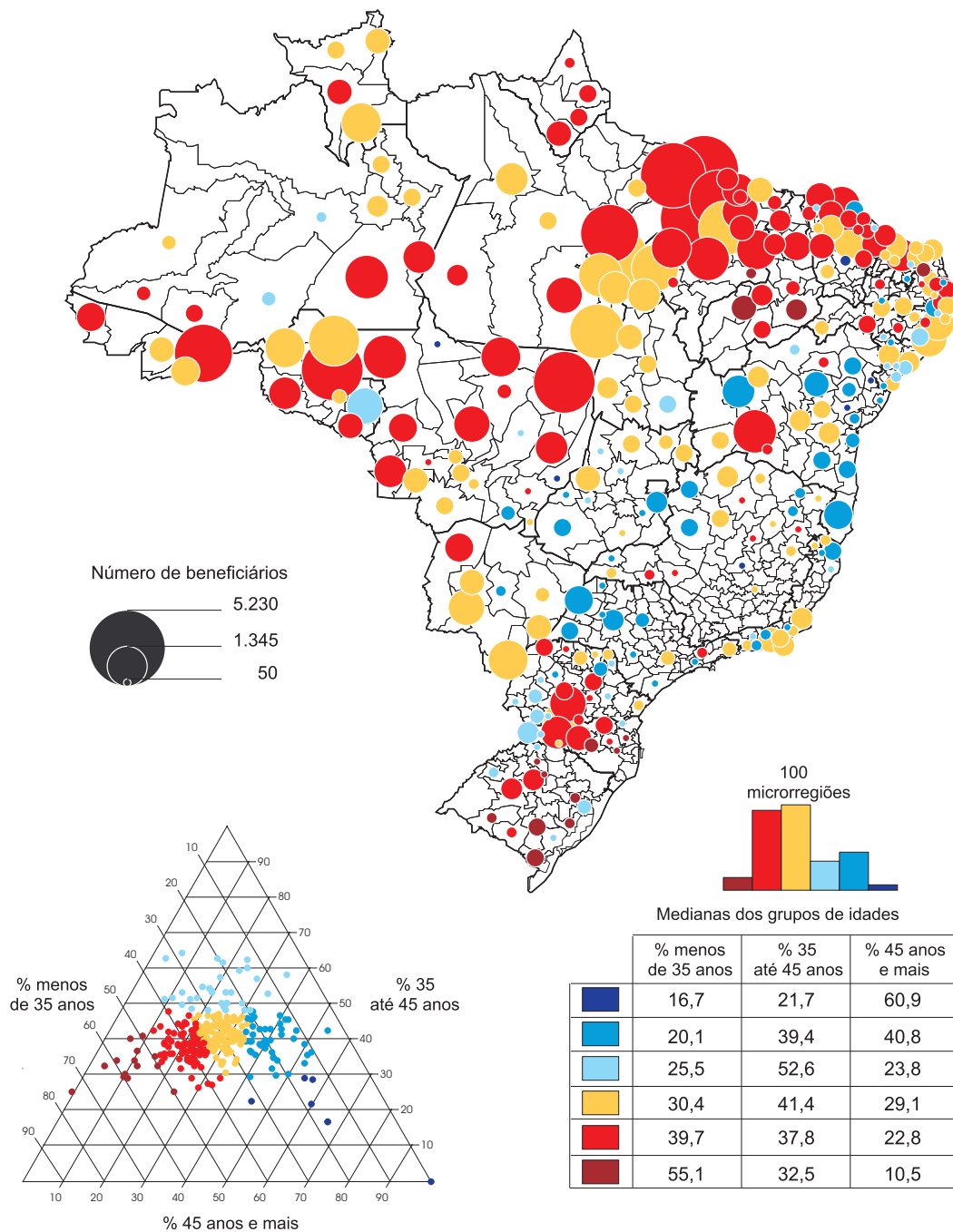
Ainda que a descrição da família faça parte de um questionário especial denominado "anexo de dependentes" (os dependentes do beneficiário), as fichas fornecidas não permitiram avançar muito na análise das características das referidas famílias. Se a relação final refere-se aos cônjuges, não há nenhuma informação sobre os filhos, ainda que um código das ligações familiares (filhos, avós, primos e outros) referentes a cada dependente com relação ao beneficiário estivesse previsto. Por isso, não é possível saber quantas pessoas são ligadas a cada beneficiário.

Para se ter uma idéia, mesmo que aproximada, do tamanho da família, recorreu-se ao artifício de considerar o número de folhas de registro de cada família como uma **proxy** do número de pessoas por família. Como cada anexo compreende até três dependentes, não é possível avaliar com exatidão o número de pessoas atingidas. Três grupos foram formados: uma ou duas folhas (famílias relativamente pequenas); três folhas (famílias médias); e quatro folhas ou mais (famílias numerosas). Ainda que o indicador estatístico seja frágil, os mapas obtidos representam as duas categorias extremas que são particularmente significativas. As pequenas famílias (Mapa 6) concentram-se no Mato Grosso e em Rondônia. Elas são encontradas também em grande quantidade no Rio Grande do Sul e no Estado do Rio de Janeiro. Enquanto o Maranhão situa-se em uma posição intermediária, o resto do Nordeste apresenta uma proporção elevada de famílias numerosas (Mapa 7), a qual sobrepassa, freqüentemente, 30% do total das explorações.

A grande maioria dos beneficiários reside diretamente em suas parcelas ou lotes de exploração ou muito próximo a estes (cerca de 71% deles). Mas cerca de 1/3 mora fora da propriedade, como, por exemplo, em áreas comunitárias, pequenas vilas situadas no interior do perímetro do projeto (4%), ou bem no centro urbano do município (6,5%). É no Nordeste, excluindo-se a Bahia, que a fixação de residência fora da parcela é mais freqüente (Mapa 8). Esse é o caso, especificamente, de 28 mil explorações, ou seja, cerca de 45% das instalações da

região. Verifica-se, assim, um tipo de ocupação do espaço caracterizado por uma disjunção entre local de trabalho e de residência, ao passo que na frente pioneira eles se confundem.

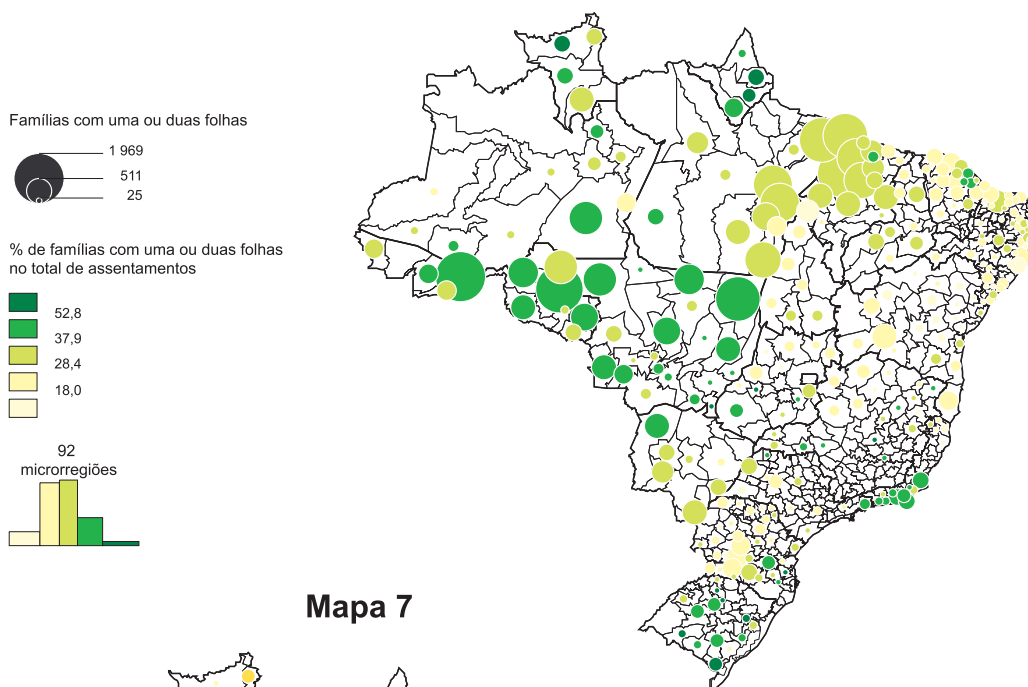
Mapa 5 Idade do Beneficiário em 1996



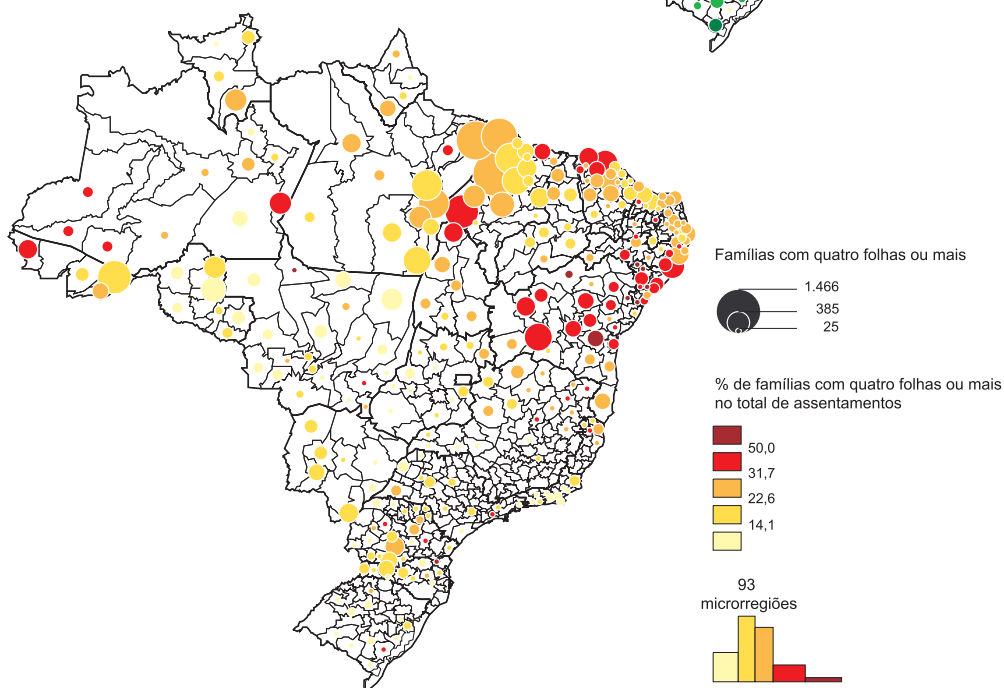
Fonte: 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil - 1996.

Tamanho da Família

Mapa 6

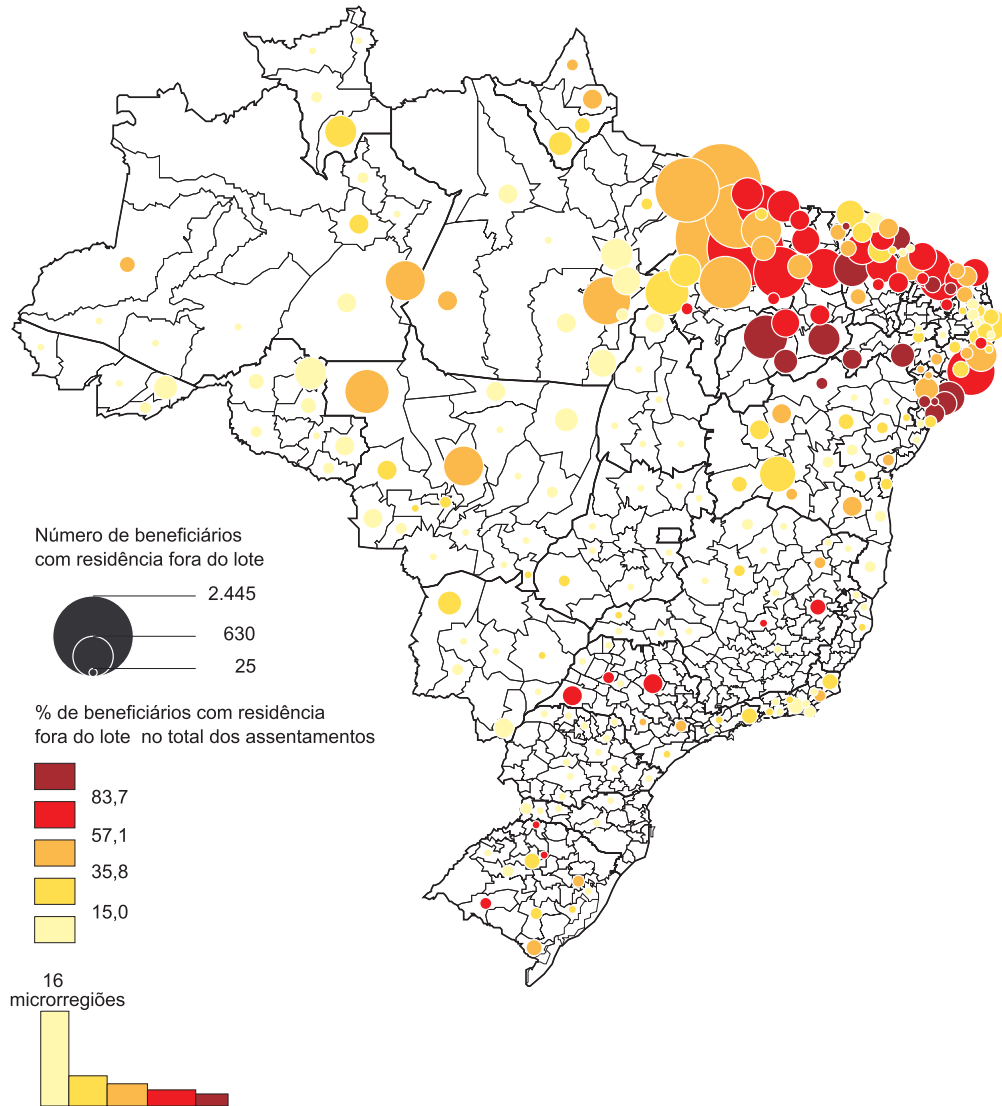


Mapa 7



Fonte: 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil - 1996.

Mapa 8 Local de Moradia do Beneficiário fora da Parcela ou do Lote



Fonte: 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil - 1996.

6 - OS NÍVEIS DE FORMAÇÃO

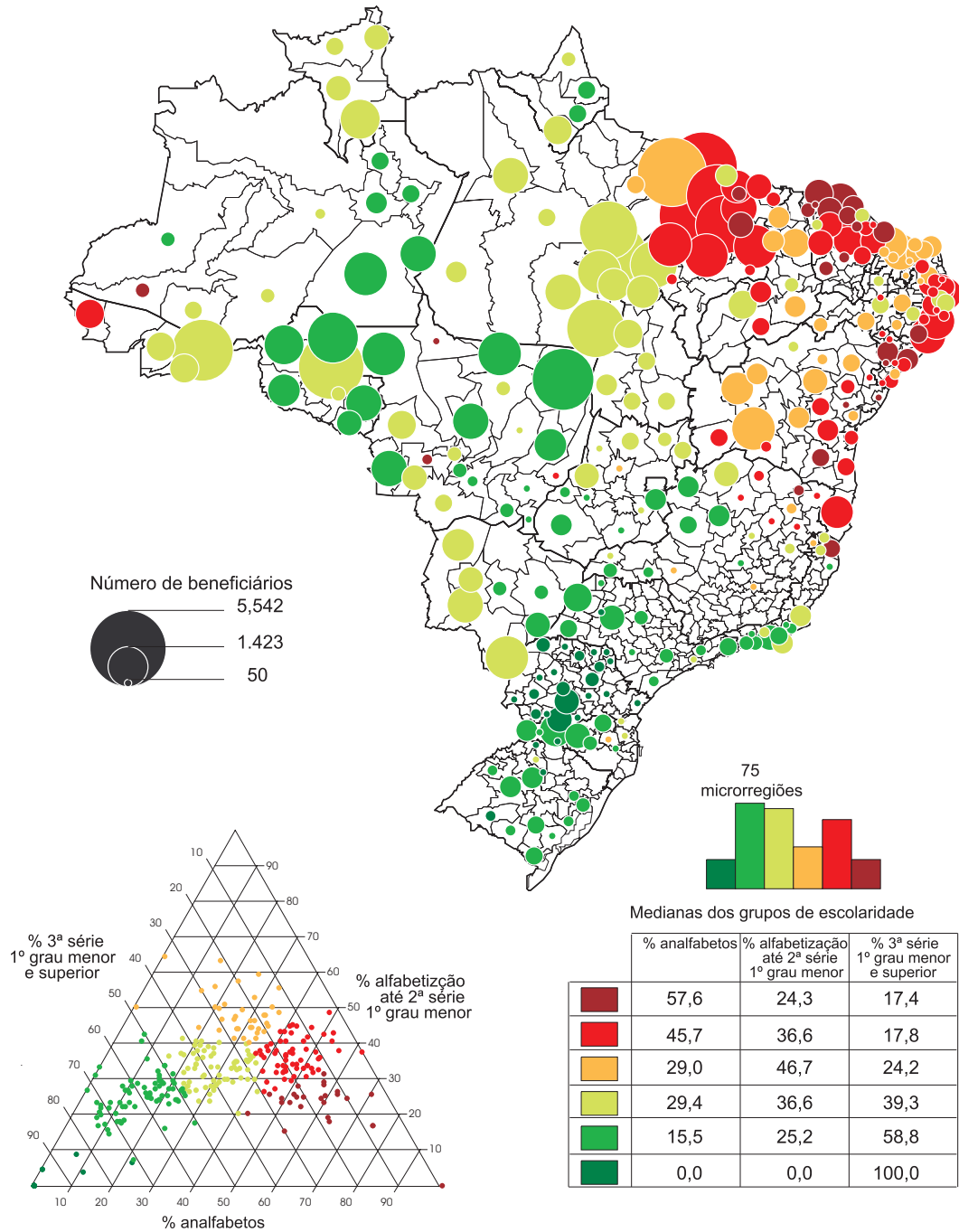
Os beneficiários foram divididos em três grupos por nível de escolaridade: analfabetos, alfabetizados até a segunda série do primeiro grau e da terceira série do primeiro grau em diante. O nível de formação dos beneficiários é, globalmente, muito ruim: cerca de 30% deles são analfabetos. Apesar dessa tela de fundo muito preocupante, observam-se diferenças regionais marcantes no Sul e na frente pioneira do Oeste, especialmente nos Estados de Mato Grosso e Rondônia (Mapa 9).

Existem duas populações diferentes de beneficiários do ponto de vista do nível de formação: os nordestinos e os outros. Pode-se verificar que, no Ceará, mais de 60% dos beneficiários são analfabetos. Mesmo sem atingir esse extremo, o resto do Nordeste permanece em uma situação deplorável: a taxa de analfabetos entre os beneficiários não se situa, a não ser excepcionalmente, abaixo de 30%.

Nos demais estados os níveis de formação são mais diferenciados. São melhores no Sul do que na frente pioneira do Pará, onde o mau desempenho pode ser explicado pela grande participação de nordestinos. No eixo de colonização do Oeste, o Mato Grosso do Sul situa-se em uma posição intermediária, mas não muito boa. Em compensação, o desempenho do Mato Grosso e de uma parte de Rondônia é impressionante: nessas áreas, a maioria das microrregiões caracteriza-se por uma proporção de beneficiários com nível de escolaridade elevado superior a 50%.

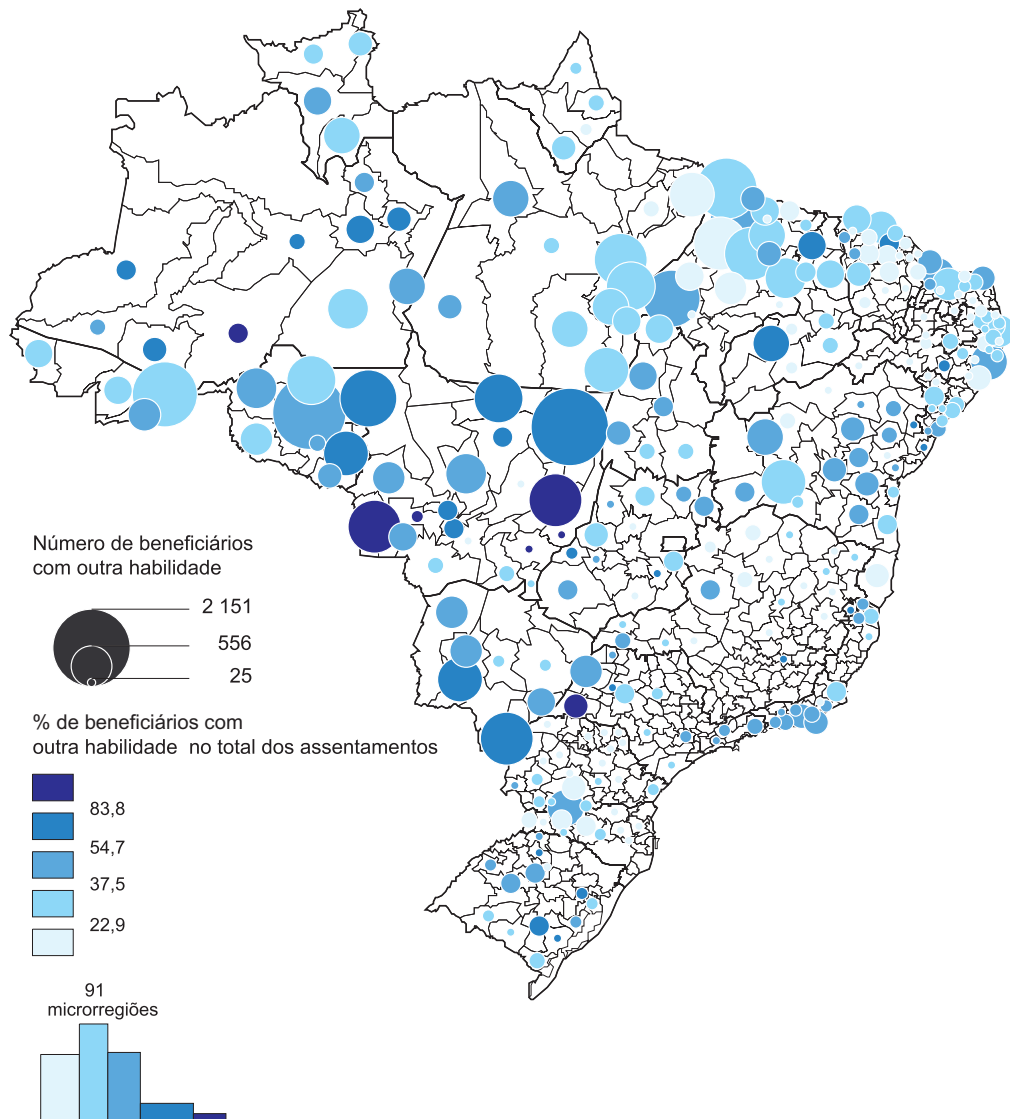
A situação encorajante da frente pioneira do Oeste, no que se refere ao nível de escolaridade, é complementada pela capacidade de seus beneficiários exercerem uma outra profissão além da de agricultor ou camponês (80% das respostas à questão sobre a atividade principal). É precisamente no Mato Grosso que os agricultores declaram-se freqüentemente capazes de exercer outra atividade (Mapa 10). No Nordeste, a percentagem de respostas positivas é a mais baixa do país.

Mapa 9 Nível de Escolaridade do Beneficiário



Fonte: 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil - 1996.

Mapa 10 Outra Habilidade do Beneficiário



Fonte: 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil - 1996.

7 - AS MIGRAÇÕES

Uma das questões do recenseamento refere-se ao município de naturalidade dos beneficiários. Infelizmente, a percentagem de respostas incorretas é elevada (somente 77% das respostas registradas foram considerados válidos). Dentre as respostas corretas, pode-se observar que somente 40% dos beneficiários residem em um estado diferente do seu local de nascimento. O mapa dos lugares de nascimento (Mapa 11) apresenta algumas diferenças notáveis em relação ao mapa do local de residência (Mapa 1). No caso dos assentados instalados no Nordeste, trata-se de originários, na sua quase totalidade, da própria região, enquanto os que se fixam na região amazônica procedem, em grande parte, das regiões Sul e Sudeste. Observa-se a quase ausência da Amazônia como local de origem dos assentados, destacando-se como exceção relevante o Estado do Acre. Segue-se o oeste de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que são muito presentes como local de naturalidade, mostrando claramente que se trata de fontes migratórias significativas. Esse é também o caso de Goiás e do Estado do Espírito Santo. Em compensação, os estados da região Nordeste apresentam uma configuração semelhante nos dois mapas, excetuando-se sertão, onde os efeitos dos nascimentos são superiores aos dos beneficiários.

Torna-se pertinente examinar a orientação e a intensidade dos fluxos migratórios. Nesse sentido, o número de explorações por microrregião foi cartografado em função do estado de origem do beneficiário, o que permite saber quais são seus estados de origem e qual é a sua importância relativa no conjunto dos assentamentos das regiões de onde eles migraram.

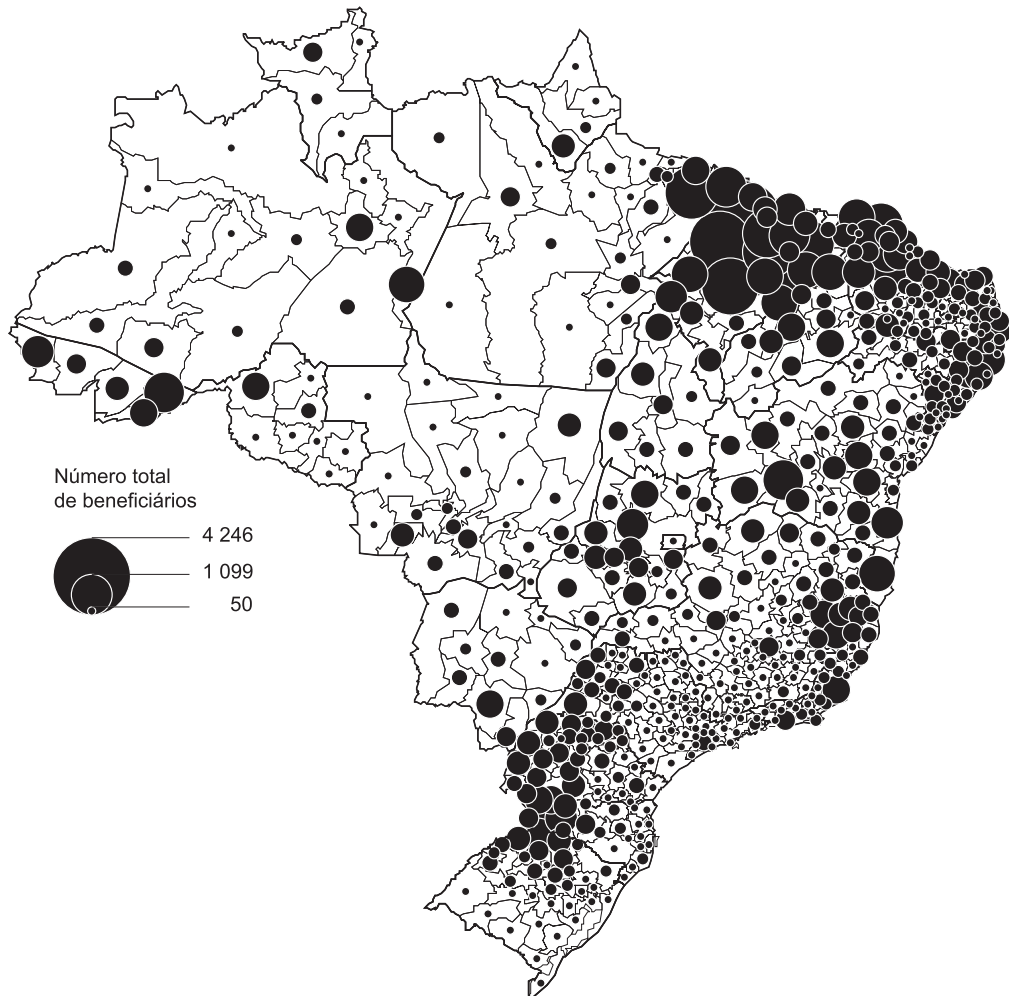
Como foi dito anteriormente, pode-se observar, nos mapas, comportamentos regionais nitidamente delineados. As explorações do Nordeste são, essencialmente, compostas por nordestinos e os beneficiários, em geral, são originários do próprio estado no qual residem. Destaca-se o caso dos cearenses, que migraram pouco para outros estados, com exceção do Maranhão e do Pará, onde, entretanto, eles permanecem bastante minoritários (Mapa 13). O caso dos maranhenses é um pouco diferente: eles se encontram majoritariamente instalados no Maranhão, mas se aproveitaram da ferrovia ou da rodovia para se dirigirem a Marabá, Carajás e Tucuruí, no Pará, onde representam entre 25% e 50% dos beneficiários instalados (Mapa 12). Eles também se encontram bem mais longe, mas em número reduzido, no Estado de Roraima.

O modelo de migração das pessoas originárias do sul do país é muito diferente. Elas ocupam, principalmente, as regiões de assentamentos nos seus estados de origem e nas regiões vizinhas: cerrados e Nordeste mineiro para os mineiros (Mapa 15) e Paraná, Santa Catarina e Sul do Mato Grosso do Sul para os paranaenses (Mapa 14). O que mais os diferencia dos nordestinos no comportamento é a sua capacidade de percorrer milhares de quilômetros para se instalarem. As pessoas originárias do Paraná, por exemplo, perfazem um total de 1.500 que tentam a sorte em Rondônia, os mineiros chegam a 2 mil neste estado e atingem cerca de mil no Sudeste do Pará. Existe também, na frente pioneira do Oeste, uma

forte maioria de pessoas provenientes do Sul e do Sudeste, ao passo que, na frente leste-amazoniana, a origem dos migrantes apresenta-se mais diversificada.

Mapa 11

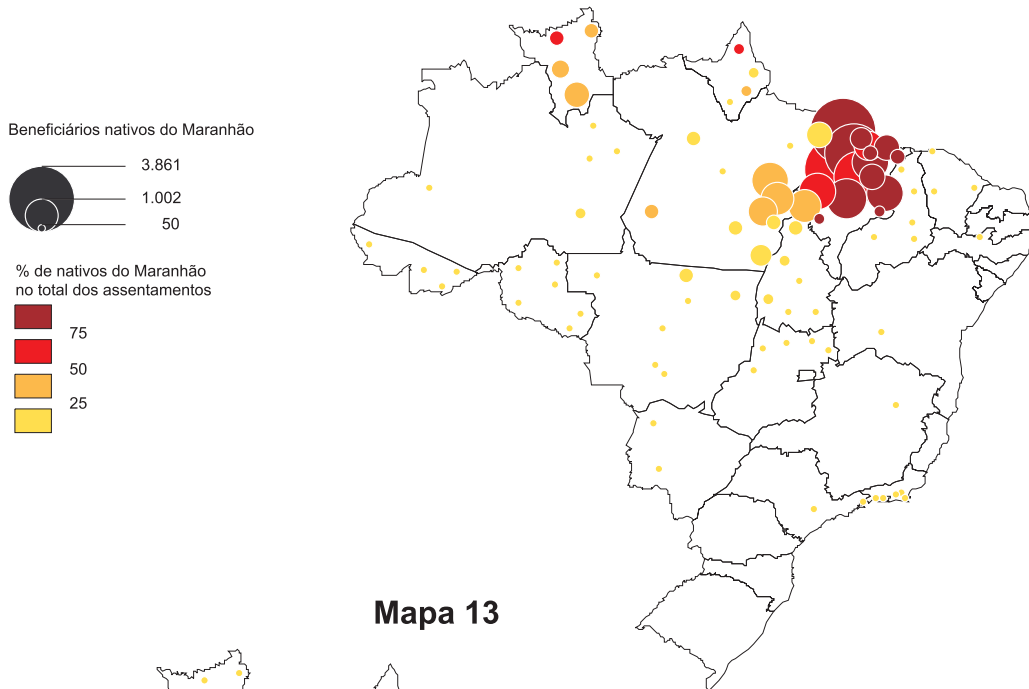
Naturalidade do Beneficiário



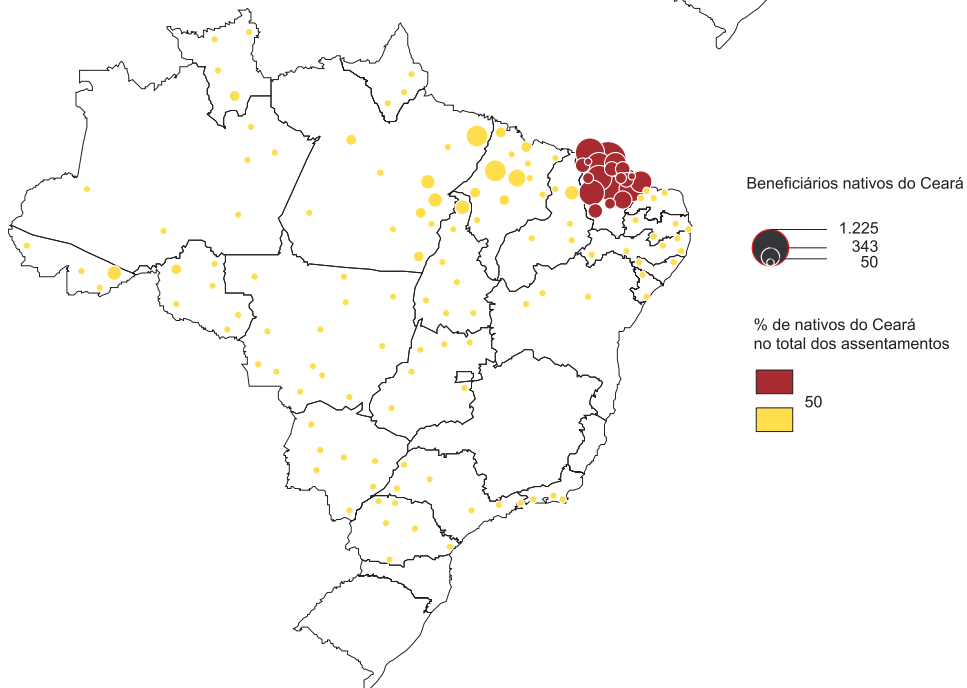
Fonte: 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil - 1996.

Migrações

Mapa 12



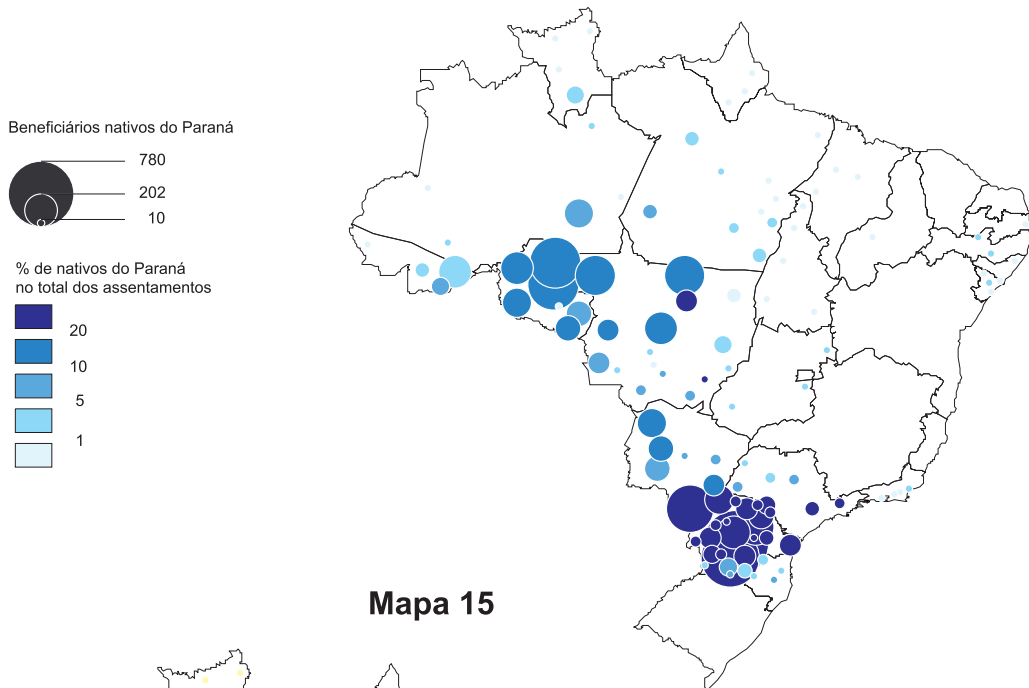
Mapa 13



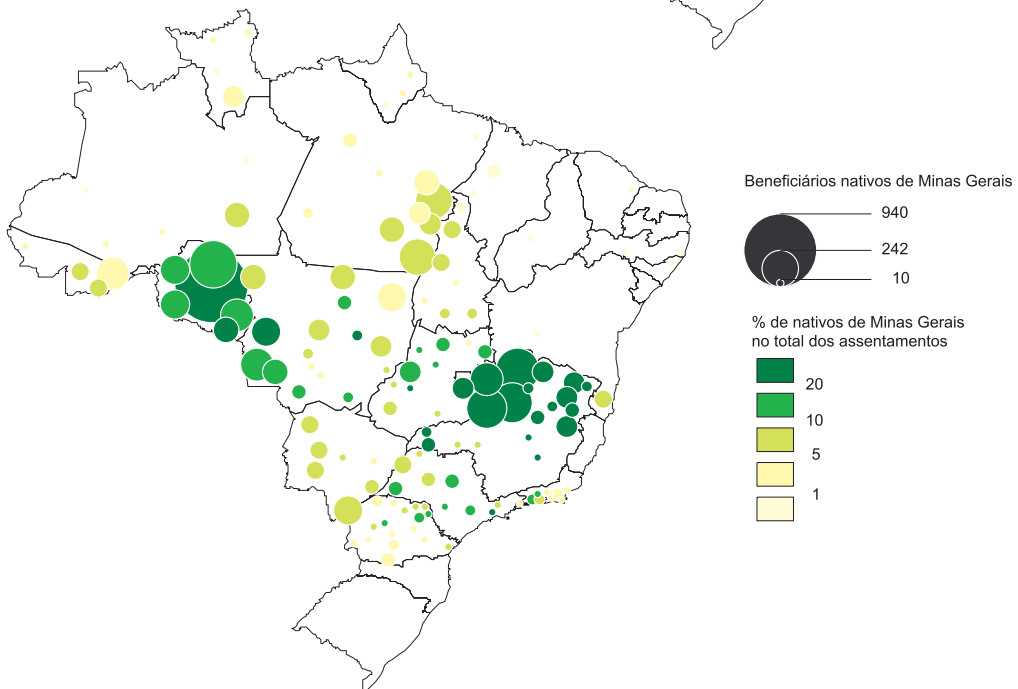
Fonte: 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil - 1996.

Migrações

Mapa 14



Mapa 15



Fonte: 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil - 1996.

8 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

8.1 - Ocupações de Terra e Vítimas Fatais da Violência no Campo

A análise das características dos beneficiários da política de reforma agrária praticada pelo Incra mostra claramente que alguns resultados significativos foram obtidos. No entanto, são insuficientes quantitativa e qualitativamente.

Sobre o plano quantitativo, ou seja, as condições de vida, econômicas e sociais, dos beneficiários, o recenseamento apresenta dados relativamente pouco expressivos, ainda que a pesquisa por amostragem realizada concomitantemente aporte um conjunto de informações bem-agregadas e, portanto, não-regionalizáveis. Uma amostragem permite a estimação de valores desconhecidos em relação a uma população delimitada. No caso da pesquisa realizada em conjunto com o censo, a repartição dos assentamentos entre os estados serviu como fator de estratificação na elaboração da amostragem. Portanto, não é legítimo analisar os dados provenientes da amostra municipal ou mesmo microrregional. Deve-se limitar a análise por estados, unidades para os quais ela foi elaborada.

Para avaliar a política de reforma agrária em face da demanda social, recorreu-se a informações adicionais, que não foram coletadas no recenseamento. Há alguns anos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) realiza levantamentos estatísticos muito relevantes, especialmente sobre dois fenômenos muito significativos: as ocupações de terras pelos agricultores sem terra e os assassinatos ligados aos conflitos pela posse da terra.

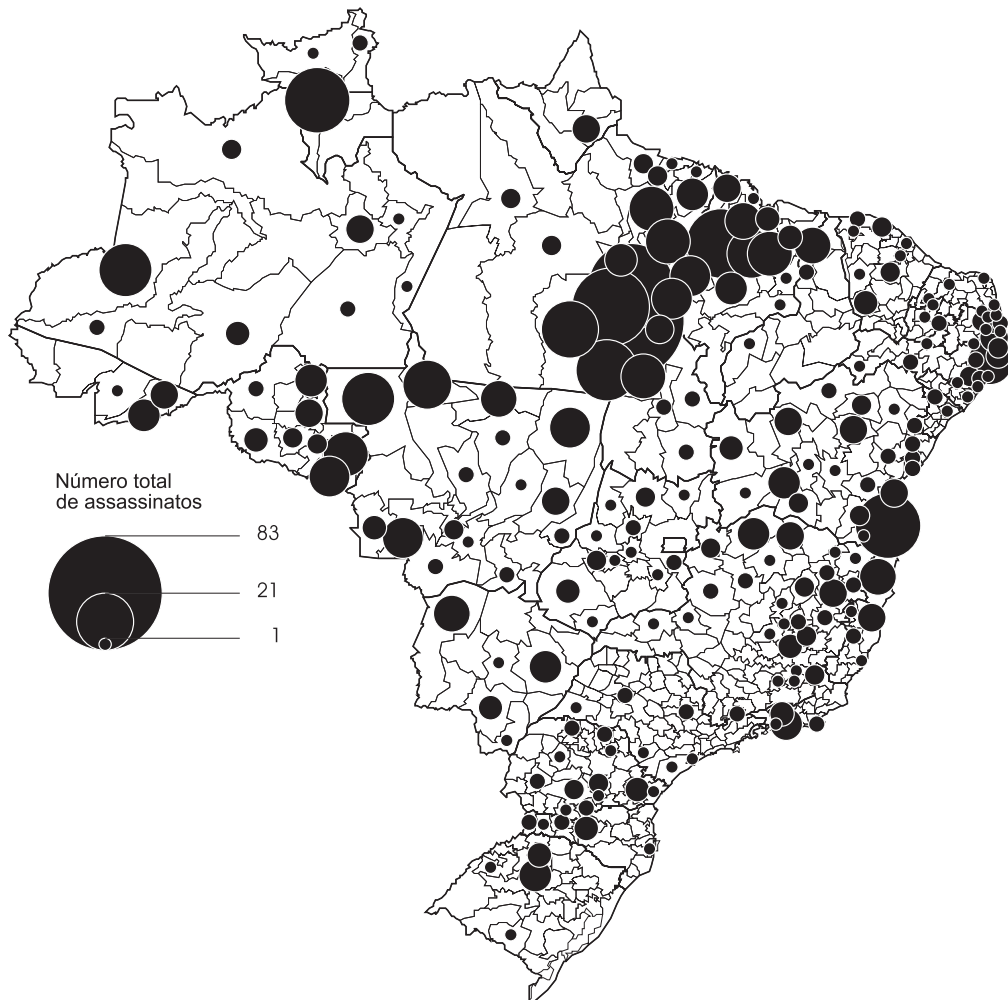
Em 11 anos, de 1985 a 1996, a CPT registrou 966 assassinatos relacionados a conflitos fundiários. O número de vítimas vinha diminuindo com o decorrer dos anos: 140 em 1985; 104 em 1988; 66 em 1989; 46 em 1992; 41 em 1995 e 53 em 1996, situação que não se verificou no último ano. A tendência é claramente de diminuição, mas o número de assassinatos é ainda inadmissível para um país democrático. Eles ocorrem em todo o país (Mapa 16), mas a região mais afetada permanece a Amazônia e, em particular, o oeste do Maranhão e o leste do Pará. Em segundo lugar está a região que abrange o norte do Mato Grosso e o Estado de Rondônia. Essa localização nos remete àquela detectada como a de concentração dos beneficiários em situação irregular (Mapa 4). Pode-se constatar, claramente, que a política governamental atende apenas parcialmente às demandas, o que acaba por se traduzir em processos de violência como o de Eldorado dos Carajás, que comoveu o país em 1996.

As ocupações de terras constituem um outro fato revelador das mazelas provocadas pelas insuficiências da reforma agrária. Seu número é crescente, passando de 8.200 famílias em 1990 para 20 mil, em 1995 e 63 mil, em 1997. Ainda que o movimento seja claramente crescente, deve-se utilizar esses indicadores com precaução, pois não resultam de um levantamento sistemático, mas somente indicações, às vezes fluidas, comunicadas pelos próprios interessados. O mapa das ocupações em 1996 (Mapa 17) apresenta uma

configuração original, com uma concentração nas regiões Sul e Nordeste do país. Podemos ver a escolha dos camponeses que recusaram a fuga em direção à Amazônia, preferindo lutar onde estão para obter uma parcela de terra à qual crêem ter direito. Observam-se, assim, as limitações da política governamental: a “marcha em direção ao Oeste” demonstra seus limites, ao passo que as tensões acumuladas nas outras regiões estão provocando uma grave crise político-social com conseqüências de difícil avaliação.

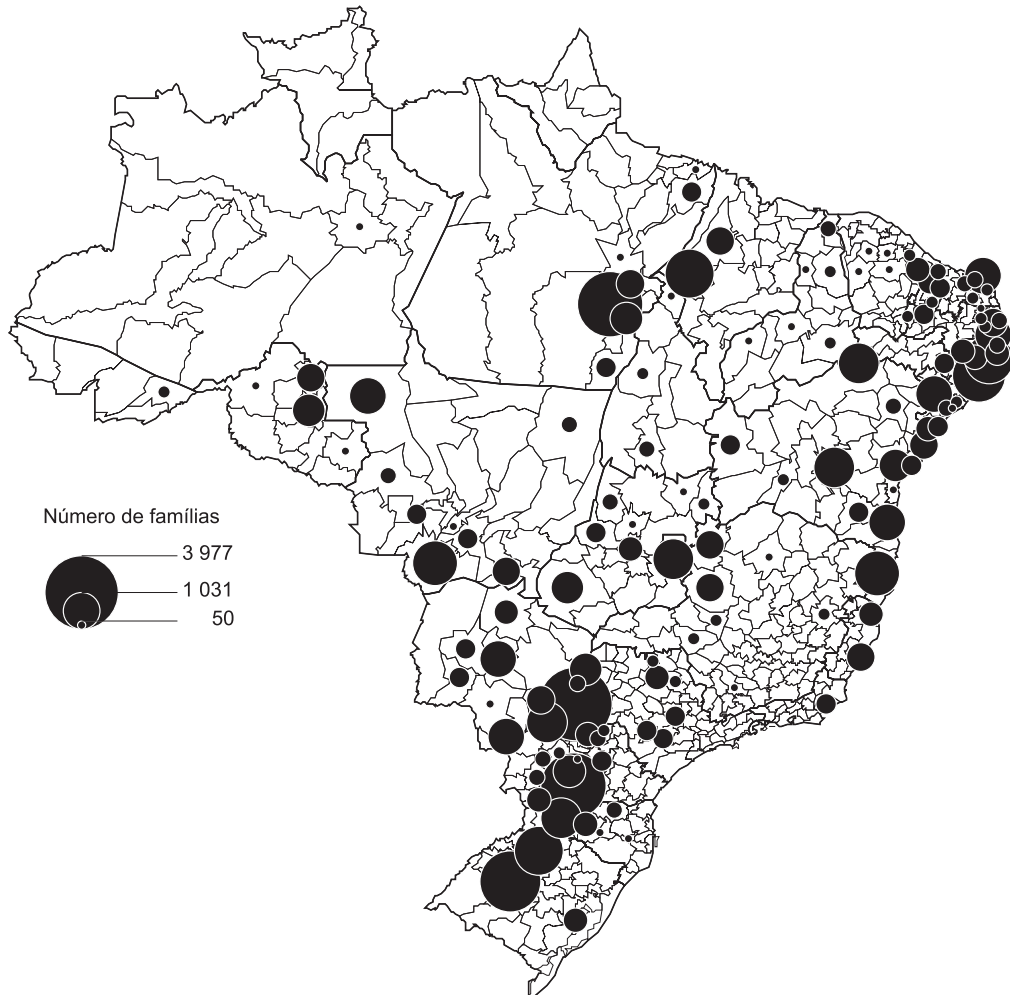
Mapa 16

Vítimas Fatais de Conflitos Ocorridos no Campo - 1985/96



Fonte: Comissão Pastoral da Terra - CPT.

Mapa 17 Ocupação de Terras 1996



Fonte: Comissão Pastoral da Terra - CPT.

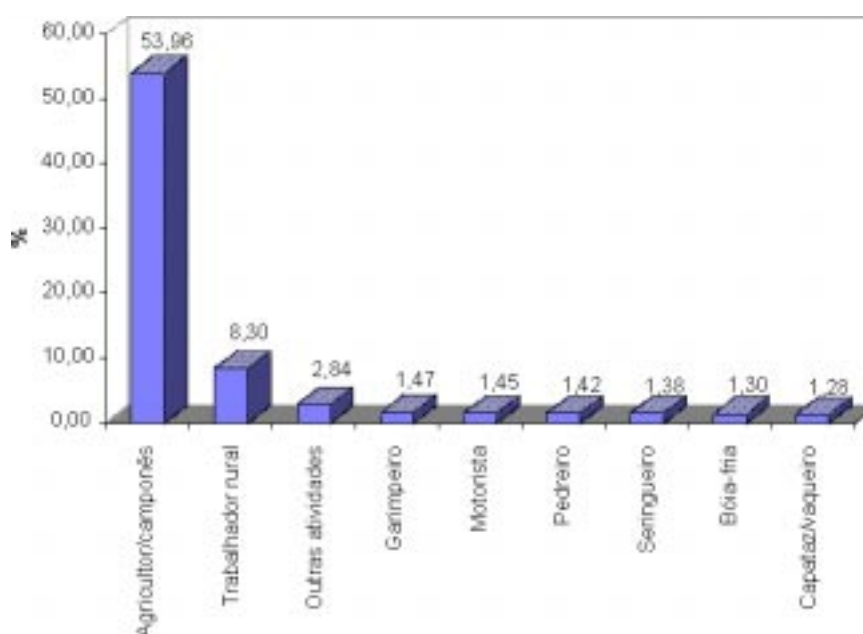
8.2 - Algumas Informações Oriundas da Amostra

A pesquisa por amostragem, mesmo que não possa ser utilizada para os propósitos deste trabalho, apresenta alguns resultados interessantes. Destacam-se os dados relativos à atividade do beneficiário, grau de associativismo, técnicas agrícolas utilizadas, renda média, condições de habitação e saúde dos assentados e principais produtos agropecuários produzidos nos assentamentos.

No que se refere à atividade anterior dos beneficiários (Gráfico 1), verifica-se que uma grande parte deles já trabalhava na agricultura (cerca de 54% como agricultores e camponeses e mais de 8% como trabalhadores rurais).

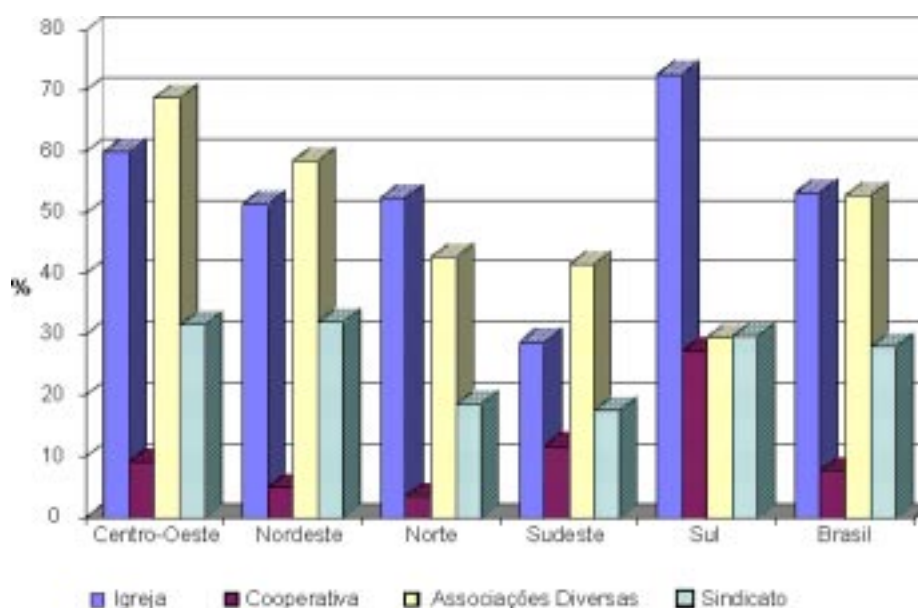
Os dados a respeito do grau de associativismo (Gráfico 2), medido pela participação dos beneficiários em diferentes organizações sociais, revelam que uma grande parte dos assentados do país (53,27%) envolvidos com alguma associação apresenta estreita relação com a Igreja. As regiões seguem esse mesmo padrão nacional, com exceção do Sudeste, onde predomina a participação dos assentados em associações diversas. Como um mesmo beneficiário pode participar de mais de uma associação, as respostas nesse quesito da amostra não são excludentes e, portanto, a soma das frequências relativas de cada variável pode ultrapassar 100%.

Gráfico 1
Brasil: Atividades do Beneficiário antes de seu Assentamento — 1996



Fonte: I Censo da Reforma Agrária do Brasil — Relatório Final.

Gráfico 2
Associativismo por Região e Brasil — 1996

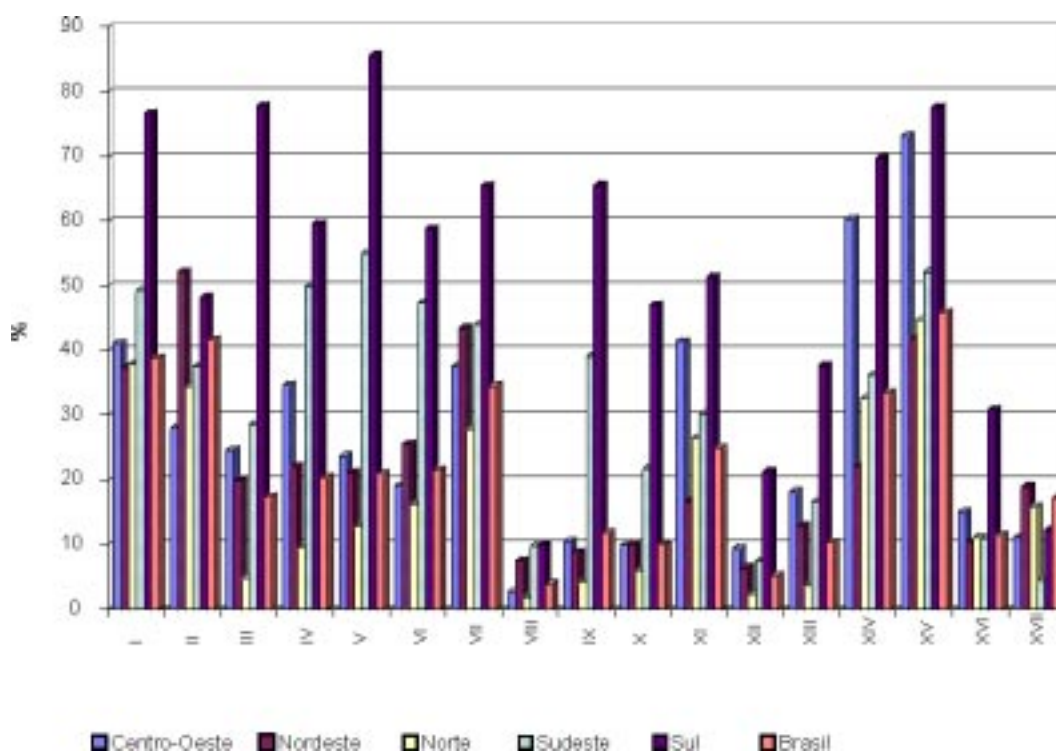


Fonte: I Censo da Reforma Agrária do Brasil — Relatório Final.

O levantamento dos dados sobre a utilização de técnicas agrícolas modernas (Gráfico 3) verificou que tal ocorre com maior frequência na região Sul, seguida da região Sudeste. Quanto à assistência técnica prestada aos projetos de assentamentos, cerca de 34% dos beneficiários da região Sul consideram tal serviço de boa qualidade, contrastando com as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, onde tal assistência, em sua grande maioria, inexistente ou é de má qualidade. É importante destacar que a assistência técnica recebida pelos beneficiários é, majoritariamente, oriunda de órgãos governamentais.

Quanto à renda monetária média, a amostra revelou que ela supera dois salários mínimos mensais, e que as regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentam, em valores monetários reais, a maior concentração de renda. No que diz respeito ao acesso dos beneficiários a créditos governamentais, dados da amostra mostram que o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera) não tem funcionado conforme a previsão, tanto para custeio como para investimento.

Gráfico 3
Utilização da Prática Tecnológica por Região e Brasil — 1996



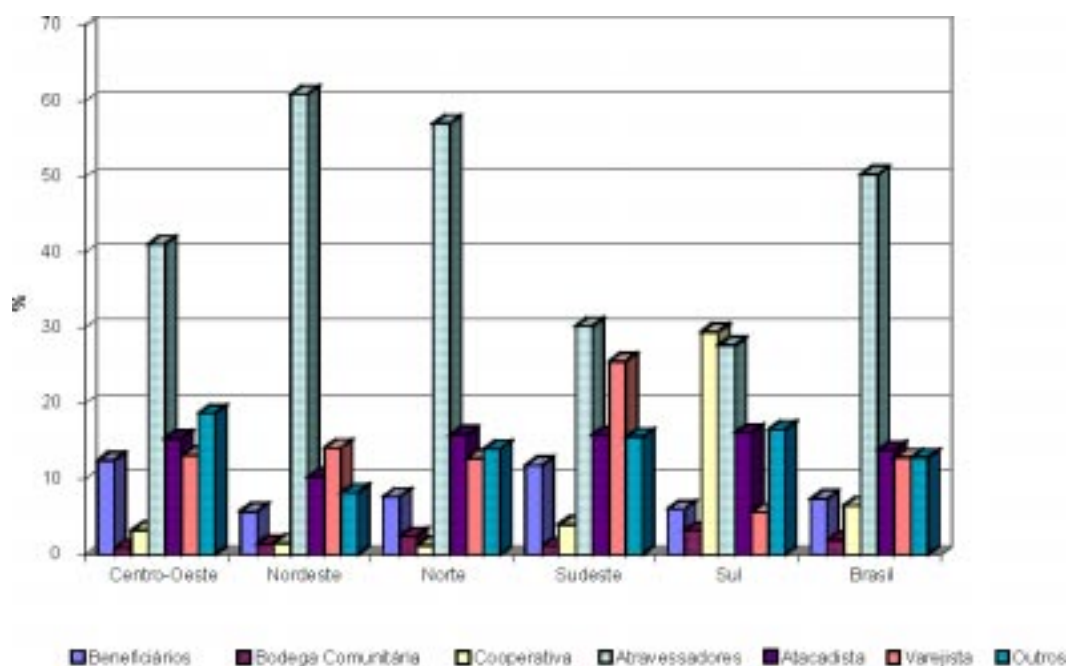
- | | |
|--|--|
| I - Utilização de Sementes ou Mudas Selecionadas | X - Práticas de Conservação do Solo |
| II - Tratos Culturais Adequados | XI - Manejo racional das Pastagens |
| III - Uso de Mecanização - Tração Animal | XII - Práticas de Armazenamento e Conservação de Forragens |
| IV - Uso de Mecanização - Tração Motora | XIII - Utilização de Ração Concentrada |
| V - Uso de Adubação Química | XIV - Mineralização |
| VI - Uso de Adubação Orgânica ou Verde | XV - Controle de Sanidade Animal |
| VII - Utilização de Defensivos Agrícolas | XVI - Práticas de Melhoramento do Rebanho |
| VIII - Práticas de Irrigação e Drenagem | XVII - Outro Sistema de Desenvolvimento Próprio |
| IX - Correção do Solo | |

Fonte: I Censo da Reforma Agrária do Brasil - Relatório Final.

As condições de habitação e saúde são precárias e as enfermidades mais comuns estão relacionadas à inexistência de saneamento básico e à contaminação dos lençóis freáticos.

No que se refere à produção agrícola nacional, verifica-se que o milho é o produto cultivado que aparece com maior frequência nos assentamentos. Outros produtos de destaque são: arroz, feijão, cana-de-açúcar, mandioca e café. Essa produção tem como destino, predominantemente, os intermediários (Gráfico 4). Atacadistas e varejistas também são importantes compradores, ficando as cooperativas com uma parcela pouco significativa desta produção. A região Sul apresenta-se como exceção em relação ao resto do país, uma vez que a maior parte de sua produção destina-se às cooperativas.

Gráfico 4
Destino da Produção por Região e Brasil



Fonte: I Censo da Reforma Agrária do Brasil — Relatório Final.

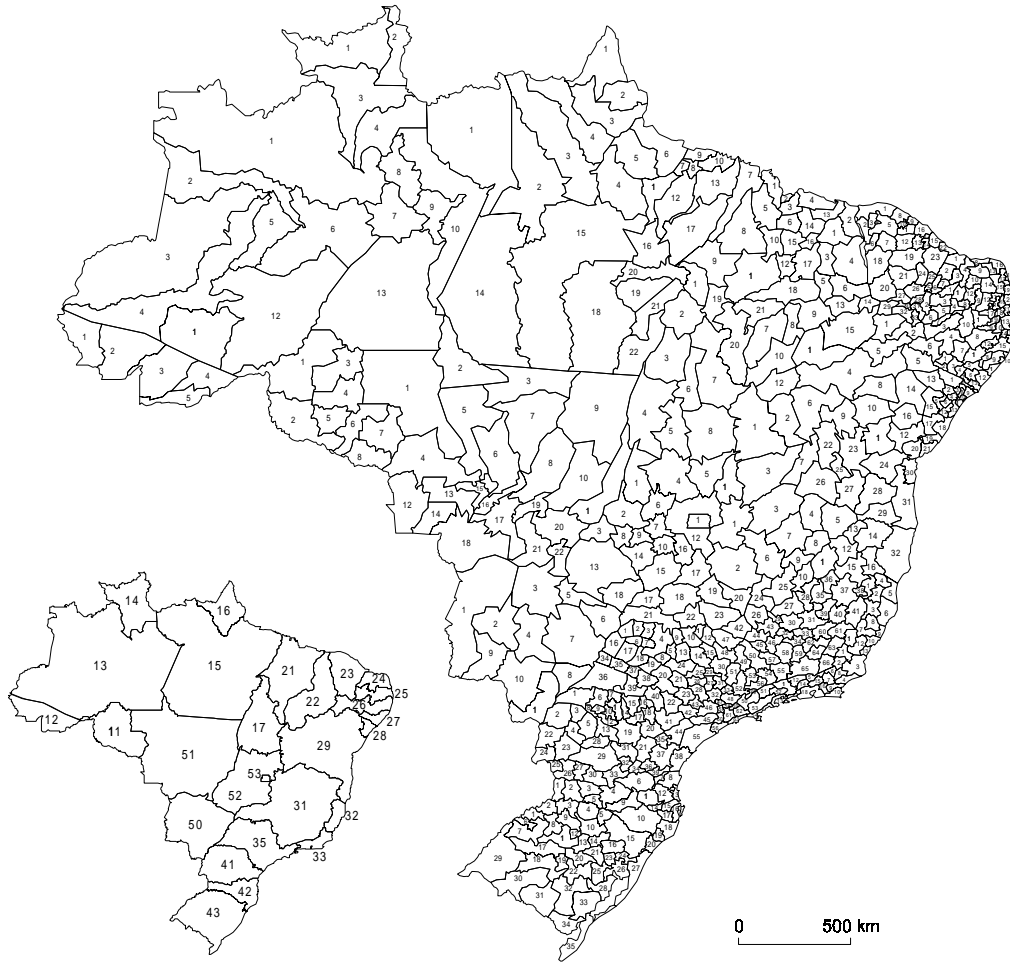
Entre os produtos pecuários, observa-se a predominância das aves (galinhas, patos e perus, com estoque médio igual a 28,75 unidades por família), seguidas pelos ovinos, caprinos e suínos e, finalmente, pelos bovinos (estoque médio de quatro cabeças por família).

A inserção dos assentados no mercado ainda é precária, sobretudo pela dificuldade de escoamento da produção, pela baixa agregação de valor dos produtos por eles comercializados e pela escassez de financiamento.

ANEXO

No anexo são apresentadas as microrregiões geográficas para facilitar a interpretação dos mapas, uma vez que toda a análise é feita com base nessas microrregiões.

Microrregiões Geográficas 1991



RO 11	Rondônia	CE 23	Ceará	RJ 33	Rio de Janeiro
AC 12	Acre	RN 24	Rio Grande do Norte	SP 35	São Paulo
AM 13	Amazonas	PB 25	Paraíba	PR 41	Paraná
RR 14	Roraima	PE 26	Pernambuco	SC 42	Santa Catarina
PA 15	Pará	AL 27	Alagoas	RS 43	Rio Grande do Sul
AP 16	Amapá	SE 28	Sergipe	MS 50	Mato Grosso do Sul
TO 17	Tocantins	BA 29	Bahia	MT 51	Mato Grosso
MA 21	Maranhão	MG 31	Minas Gerais	GO 52	Goiás
PI 22	Piauí	ES 32	Espírito Santo	DF 53	Distrito Federal

Fonte : IBGE.

Região Nordeste

21 - MARANHÃO

- 1 LITORAL OCIDENTAL MARANHENSE
- 2 AGLOMERAÇÃO URBANA DE SÃO LUÍS
- 3 ROSARIO
- 4 LENÇÓIS MARANHENSES
- 5 BAIXADA MARANHENSE
- 6 ITAPECURU MIRIM
- 7 GURUPI
- 8 PINDARÉ
- 9 IMPERATRIZ
- 10 MÉDIO MEARIM
- 11 ALTO MEARIM E GRAJAÚ
- 12 PRESIDENTE DUTRA
- 13 BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE
- 14 CHAPADINHA
- 15 CODÓ
- 16 COELHO NETO
- 17 CAXIAS
- 18 CHAPADAS DO ALTO ITAPECURU
- 19 PORTO FRANCO
- 20 GERAIS DE BALSAS
- 21 CHAPADAS DAS MANGABEIRAS

22 PIAUÍ

- 1 BAIXO PARNAÍBA PIAUIENSE
- 2 LITORAL PIAUIENSE
- 3 TERESINA
- 4 CAMPO MAIOR
- 5 MÉDIO PARNAÍBA PIAUIENSE
- 6 VALÊNCIA DO PIAUI
- 7 ALTO PARNAÍBA PIAUIENSE
- 8 BERTOLINIA
- 9 FLORIANO
- 10 ALTO MÉDIO GURGUÉIA
- 11 SÃO RAIMUNDO NONATO
- 12 CHAPADAS DO EXTREMO SUL PIAUIENSE
- 13 PICOS
- 14 PIO IX
- 15 ALTO MÉDIO CANINDÉ

23 CEARÁ

- 1 LITORAL DE CAMOCIM E ACARAÚ
- 2 IBIAPABA
- 3 COREAU
- 4 MERUOCA
- 5 SOBRAL
- 6 IPU
- 7 SANTA QUITÉRIA
- 8 ITAPIOCA
- 9 BAIXO CURU
- 10 URUBURETAMA
- 11 MEDIOCURU
- 12 CANINDÉ
- 13 BATURITÉ
- 14 CHOROZINHO
- 15 CASCATEL
- 16 FORTALEZA
- 17 PACAJUS
- 18 SERTÃO DE CRATEÚS
- 19 SERTÃO DE QUIXERAMOBIM
- 20 SERTÃO DE INHAMUNS
- 21 SERTÃO DE SENADOR POMPEU
- 22 LITORAL DE ARACATI
- 23 BAIXO JAGUARIBE
- 24 MÉDIO JAGUARIBE
- 25 SERRA DO PEREIRO
- 26 IGUATU
- 27 VÁRZEA ALEGRE
- 28 LAVRAS DA MANGABEIRA
- 29 CHAPADA DO ARARIPE
- 30 CARIRIACU
- 31 BARRO
- 32 CARIRI
- 33 BREJO SANTO

24 - RIO GRANDE DO NORTE

- 1 MOSSORÓ
- 2 CHAPADA DO APODI
- 3 MÉDIO OESTE
- 4 VALE DO AÇU
- 5 SERRA DE SÃO MIGUEL
- 6 PAU DOS FERROS
- 7 UMARIZAL
- 8 MACAU
- 9 ANGICOS
- 10 SERRA DE SANTANA
- 11 SERIDÓ OCIDENTAL
- 12 SERIDÓ ORIENTAL
- 13 BAIXA VERDE
- 14 BORBOREMA POTIGUAR
- 15 AGRESTE POTIGUAR
- 16 LITORAL NORDESTE
- 17 MACAÍBA
- 18 NATAL
- 19 LITORAL SUL

25 PARAÍBA

- 1 CATOLÉ DO ROCHA
- 2 CAJAZEIRAS
- 3 SOUSA
- 4 PATOS
- 5 PIANCO
- 6 ITAPORANGA
- 7 SERRA DO TEIXEIRA
- 8 SERIDÓ OCIDENTAL PARAIBANO
- 9 SERIDÓ ORIENTAL PARAIBANO
- 10 CARIRI OCIDENTAL
- 11 CARIRI ORIENTAL
- 12 CURIMATAU OCIDENTAL
- 13 CURIMATAU ORIENTAL
- 14 ESPERANÇA
- 15 BREJO PARAIBANO
- 16 GUARABIRA
- 17 CAMPINA GRANDE
- 18 ITABAIANA
- 19 UMBUZEIRO
- 20 LITORAL NORTE
- 21 SAPÉ
- 22 JOÃO PESSOA
- 23 LITORAL SUL

26 PERNAMBUCO

- 1 ARARIPINA
- 2 SALGUEIRO
- 3 PAJEÚ
- 4 SERTÃO DO MOXOTÓ
- 5 PETROLINA
- 6 ITAPARICA
- 7 VALE DO IPANEMA
- 8 VALE DO IPOJUCA
- 9 ALTO CAPIBARIBE
- 10 MÉDIO CAPIBARIBE
- 11 GARANHUNS
- 12 BREJO PERNAMBUCANO
- 13 MATA SETENTRIONAL PERNAMBUCANA
- 14 VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
- 15 MATA MERIDIONAL PERNAMBUCANA
- 16 ITAMARACÁ
- 17 RECIFE
- 18 SUAPE
- 19 FERNANDO DE NORONHA

27 - ALAGOAS

- 1 SERRANA DO SERTÃO ALAGOANO
- 2 ALAGOANA DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO
- 3 SANTANA DO IPANEMA
- 4 BATALHA
- 5 PALMEIRA DOS ÍNDIOS
- 6 ARAPIRACA
- 7 TRAIPIU
- 8 SERRANA DOS QUILOMBOS
- 9 MATA ALAGOANA
- 10 LITORAL NORTE ALAGOANO
- 11 MACEIÓ
- 12 SÃO MIGUEL DOS CAMPOS
- 13 PENEDO

28 SERGIPE

- 1 SERGIPANA DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO
- 2 CARIRA
- 3 NOSSA SENHORA DAS DORES
- 4 AGRESTE DE ITABAIANA
- 5 TOBIAS BARRETO
- 6 AGRESTE DE LAGARTO
- 7 PROPRIÁ
- 8 CONTINGUIBA
- 9 JAPARATUBA
- 10 BAIXO CONTINGUIBA
- 11 ARACAJU
- 12 BOQUIM
- 13 ESTÂNCIA

29 BAHIA

- 1 BARREIRAS
- 2 COTEGIPE
- 3 SANTA MARIA DA VITÓRIA
- 4 JUAZEIRO
- 5 PAULO AFONSO
- 6 BARRA
- 7 BOM JESUS DA LAPA
- 8 SENHOR DO BOMFIM
- 9 IRECÊ
- 10 JACOBINA
- 11 ITABERABA
- 12 FEIRA DE SANTANA
- 13 JEREMOABO
- 14 EUCLIDES DA CUNHA
- 15 RIBEIRA DO POMBAL
- 16 SERRINHA
- 17 ALAGOINHAS
- 18 ENTRE RIOS
- 19 CATU
- 20 SANTO ANTÔNIO DE JESUS
- 21 SALVADOR
- 22 BOQUIRA
- 23 SEABRA
- 24 JEQUIÉ
- 25 LIVRAMENTO DO BRUMADO
- 26 GUANAMBI
- 27 BRUMADO
- 28 VITÓRIA DA CONQUISTA
- 29 ITAPETINGA
- 30 VALÊNCIA
- 31 ILHÉUS-ITABUNA
- 32 PORTO SEGURO

Região Sul

41 PARANÁ

- 1 PARANAVÁI
- 2 UMUARAMA
- 3 CIANORTE
- 4 GOIOERÉ
- 5 CAMPO MOURÃO
- 6 ASTORGA
- 7 PORECATU
- 8 FLORAI
- 9 MARINGÁ
- 10 APUCARANA
- 11 LONDRINA
- 12 FAXINAL
- 13 IVAIPORÃ
- 14 ASSAÍ
- 15 CORNÉLIO PROCÓPIO
- 16 JACAREZINHO
- 17 IBAITI
- 18 WESCESLAU BRAZ
- 19 TELÊMACO BORBA
- 20 JAGUARIAÍVA
- 21 PONTA GROSSA
- 22 TOLEDO
- 23 CASCAVEL
- 24 FOZ DO IGUAÇU
- 25 CAPANEMA
- 26 FRANCISCO BELTRÃO
- 27 PATO BRANCO
- 28 PITANGA
- 29 GUARAPUAVA
- 30 PALMAS
- 31 PRUDENTÓPOLIS
- 32 IRATI
- 33 UNIÃO DA VITÓRIA
- 34 SÃO MATEUS DO SUL
- 35 CERRO AZUL
- 36 LAPA
- 37 CURITIBA
- 38 PARANAGUÁ
- 39 RIO NEGRO

42 SANTA CATARINA

- 1 SÃO MIGUEL D'OESTE
- 2 CHAPECÓ
- 3 XANXERÊ
- 4 JOAÇABA
- 5 CONCÓRDIA
- 6 CANOINHAS
- 7 SÃO BENTO DO SUL
- 8 JOINVILLE
- 9 CURITIBANOS
- 10 CAMPOS DE LAGES
- 11 RIO DO SUL
- 12 BLUMENAU
- 13 ITAJAÍ
- 14 ITUPORANGA
- 15 TIJUCAS
- 16 FLORIANÓPOLIS
- 17 TABULEIRO
- 18 TUBARÃO
- 19 CRICIÚMA
- 20 ARARANGUÁ

43 RIO GRANDE DO SUL

- 1 SANTA ROSA
- 2 TRÊS PASSOS
- 3 FREDERICO WESTPHALEN
- 4 ERECHIM
- 5 SANANDUVA
- 6 CERRO LARGO
- 7 SANTO ÂNGELO
- 8 IJUÍ
- 9 CARAZINHO
- 10 PASSO FUNDO
- 11 CRUZ ALTA
- 12 NÃO-ME-TOQUE
- 13 SOLEDADE
- 14 GUAPORÉ
- 15 VACARIA
- 16 CAXIAS DO SUL
- 17 SANTIAGO
- 18 SANTA MARIA
- 19 RESTINGA SECA
- 20 SANTA CRUZ DO SUL
- 21 LAJEADO-ESTRELA
- 22 CACHOEIRA DO SUL
- 23 MONTENEGRO
- 24 GRAMADO-CANELA
- 25 SÃO JERÔNIMO
- 26 PORTO ALEGRE
- 27 OSÓRIO
- 28 CAMAQUÃ
- 29 CAMPANHA OCIDENTAL
- 30 CAMPANHA CENTRAL
- 31 CAMPANHA MERIDIONAL
- 32 SERRAS DE SUDESTE
- 33 PELOTAS
- 34 JAGUARÃO
- 35 LITORAL LAGUNAR

Região Centro-Oeste

50 MATO GROSSO DO SUL

- 1 BAIXO PANTANAL
- 2 AQUIDAUANA
- 3 ALTO TAQUARI
- 4 CAMPO GRANDE
- 5 CASSILÂNDIA
- 6 PARANAÍBA
- 7 TRÊS LAGOS
- 8 NOVA ANDRADINA
- 9 BODOQUENA
- 10 DOURADOS
- 11 IGUAATEMI

51 MATO GROSSO

- 1 ARIPUANÁ
- 2 ALTA FLORESTA
- 3 COLIDER
- 4 PARECIS
- 5 ARINOS
- 6 ALTO TELES PIRES
- 7 SINOP
- 8 PARANATINGA
- 9 NORTE ARAGUAIA
- 10 CANARANA
- 11 MÉDIO ARAGUAIA
- 12 ALTO GUAPORÉ
- 13 TANGARÁ DA SERRA
- 14 JAURU
- 15 ALTO PARAGUAI
- 16 ROSÁRIO OESTE
- 17 CUIABÁ
- 18 ALTO PANTANAL
- 19 PRIMAVERA DO LESTE
- 20 TESOUREO
- 21 RONDONÓPOLIS
- 22 ALTO ARAGUAIAS

52 GOIÁS

- 1 SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA
- 2 RIO VERMELHO
- 3 ARAGARÇAS
- 4 PORANGATU
- 5 CHAPADA DOS VEADEIROS
- 6 CERES
- 7 ANÁPOLIS
- 8 IPORÁ
- 9 ANICUNS
- 10 GOIÂNIA
- 11 VAO DO PARANÁ
- 12 ENTORNO DE BRASÍLIA
- 13 SUDOESTE DE GOIÁS
- 14 VALE DO RIO DOS BOIS
- 15 MEIA PONTE
- 16 PIRES DO RIO
- 17 CATALÃO
- 18 QUIRINÓPOLIS

53 DISTRITO FEDERAL

- 1 BRASÍLIA

Microrregiões

Região Norte

11 RONDÔNIA

1 PORTO VELHO
2 GUAJARÁ-MIRIM
3 ARIQUEMES
4 JI-PARANÁ
5 ALVORADA D'OESTE
6 CACOAL
7 VILHENA
8 COLORADO DO OESTE

12 ACRE

1 CRUZEIRO DO SUL
2 TARAUACA
3 SENA MADUREIRA
4 RIO BRANCO
5 BRASÍLIA

13 AMAZONAS

1 RIO NEGRO
2 JAPURÁ
3 ALTO SOLIMÕES
4 JURUÁ
5 TEFÉ
6 COARI
7 MANAUS
8 RIO PRETO DA EVA
9 ITACOATIARA
10 PARINTINS
11 BOCA DO ACRE
12 PURUS
13 MADEIRA

14 RORAIMA

1 BOA VISTA
2 NORDESTE DE RORAIMA
3 CARACARAÍ
4 SUDESTE DE RORAIMA

15 PARÁ

1 ÓBIDOS
2 SANTARÉM
3 ALMEIRIM
4 PORTEL
5 FUIROS DE BREVES
6 ARARI
7 BELÉM
8 CASTANHAL
9 SALGADO
10 BRAGANTINA
11 CAMETÁ
12 TOMÉ-AÇU
13 GUAMÁ
14 ITAITUBA
15 ALTAMIRA
16 TUCURUÍ
17 PARAGOMINAS
18 SÃO FÉLIX DO XINGU
19 PARAUPEBAS
20 MARABÁ
21 REDENÇÃO
22 CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

16 AMAPÁ

1 OIAPOQUE
2 AMAPÁ
3 MACAPÁ
4 MAZAGÃO

17 TOCANTINS

1 BICO DO PAPAGAIO
2 ARAGUAÍNA
3 MIRACEMA DO TOCANTINS
4 RIO FORMOSO
5 GURUPI
6 PORTO NACIONAL
7 JALAPÃO
8 DIANÓPOLIS

Região Sudeste

31 MINAS GERAIS

1 UNAI
2 PARACATU
3 JANUÁRIA
4 JANAÚBA
5 SALINAS
6 PIRAPORA
7 MONTES CLAROS
8 GRÃO MONGOL
9 BOCAIUVA
10 DIAMANTINA
11 CAPELINHA
12 ARAÇUAÍ
13 PEDRA AZUL
14 ALMENARA
15 TEÓFILO OTONI
16 NANUQUE
17 ITUIUTABA
18 UBERLÂNDIA
19 PATROCÍNIO
20 PATOS DE MINAS
21 FRUTAL
22 UBERABA
23 ARAXÁ
24 TRÊS MARIAS
25 CURVELO
26 BOM DESPACHO
27 SETE LAGOAS
28 CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO
29 PARÁ DE MINAS
30 BELO HORIZONTE
31 ITABIRA
32 ITAGUARA
33 OURO PRETO
34 CONSELHEIRO LAFAIETE
35 GUANHÃES
36 PEÇANHA
37 GOVERNADOR VALADARES
38 MANTENA
39 IPATINGA
40 CARATINGA
41 AIMORÉS
42 PIUI
43 DIVINÓPOLIS

44 FORMIGA
45 CAMPO BELO
46 OLIVEIRA
47 PASSOS
48 SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO
49 ALFENAS
50 VARGINHA
51 POÇOS DE CALDAS
52 POUSO ALEGRE
53 SANTA RITA DO SAPUCAÍ
54 SÃO LOURENÇO
55 ANDRELÂNDIA
56 ITAJUBÁ
57 LAVRAS
58 SÃO JOÃO DEL REI
59 BARBACENA
60 PONTE NOVA
61 MANHUAÇU
62 VIÇOSA
63 MURIAÉ
64 UBA
65 JUIZ DE FORA
66 CATAGUASES

32 ESPÍRITO SANTO

1 BARRA DE SÃO FRANCISCO
2 NOVA VENÉCIA
3 COLATINA
4 MONTANHA
5 SÃO MATEUS
6 LINHARES
7 AFONSO CLÁUDIO
8 SANTA TERESA
9 VITÓRIA
10 GUARAPARI
11 ALEGRE
12 CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
13 ITAPEMIRIM

33 RIO DE JANEIRO

1 ITAPERUNA
2 SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
3 CAMPOS DOS GOYTACAZES
4 MACAE
5 TRÊS RIOS
6 CANTAGALO-CORDEIRO
7 NOVA FRIBURGO
8 SANTA MARIA MADALENA
9 BACIA DE SÃO JOÃO
10 LAGOS
11 VALE DO PARAÍBA
FLUMINENSE
12 BARRA DO PIRAÍ
13 BAÍA DA ILHA GRANDE
14 VASSOURAS
15 SERRANA
16 MACACU-CACERIBU
17 ITAGUAÍ
18 RIO DE JANEIRO

35 SÃO PAULO

1 LAJES
2 FERNANDÓPOLIS
3 VATUPORANGA
4 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
5 CATANDUVA
6 AURIFLAMA
7 NHANDEARA

8 NOVO HORIZONTE
9 BARRETOS
10 SÃO JOAQUIM DA BARRA
11 ITUVERAVA
12 FRANCA
13 JABOTICABAL
14 RIBEIRÃO PRETO
15 BATATAIS
16 ANDRADINA
17 ARAÇATUBA
18 BIRIGUI
19 LINS
20 BAURU

21 JAUÍ
22 AVARÉ
23 BOTUCATU
24 ARARAQUARA
25 SÃO CARLOS
26 RIO CLARO
27 LIMEIRA
28 PIRACICABA
29 PIRACUNUNGA
30 SÃO JOÃO DA BOA VISTA
31 MOJI-MIRIM
32 CAMPINAS
33 AMPARO
34 DRACENA
35 ADAMANTINA
36 PRESIDENTE PRUDENTE
37 TUPÁ
38 MARÍLIA
39 ASSIS
40 OURINHOS
41 ITAPEVA
42 ITAPETININGA
43 TATUÍ
44 CAPÃO BONITO
45 PIEDADE
46 SOROCABA
47 JUNDIAÍ
48 BRAGANÇA PAULISTA
49 CAMPOS DO JORDÃO
50 SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
51 GUARATINGUETÁ
52 BANANAL
53 PARAIBUNA/PARAÍTINGA
54 CARAGUATATUBA
55 REGISTRO
56 ITANHAÉM
57 OSASCO
58 FRANCO DA ROCHA
59 GUARULHOS
60 ITAPEÇERICA DA SERRA
61 SÃO PAULO
62 MOJI DAS CRUZES
63 SANTOS

BIBLIOGRAFIA

I CENSO DA REFORMA AGRÁRIA. Relatório final. Brasília: UnB, maio 1997.

DAVID, M. B. de A. **La modernization “perverse” de l’agriculture et la structure de la propriété de la terre au Brésil.** Cahiers du Brésil Contemporain, número especial, Paris, MSH/CRBC, 1995.

INCRA. Relatório de atividades, 1995.

_____. Relatório de atividades, 1996.